RODRIGO SARMENTO BARATA

**O REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:
O QUE O STF TEM A NOS DIZER?**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Elival da Silva Ramos

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

RODRIGO SARMENTO BARATA

**O Regime Constitucional dos Serviços Públicos:
O que o STF tem a nos dizer?**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Professor Titular Dr. Elival da Silva Ramos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Sarmiento Barata, Rodrigo
O Regime Constitucional dos Serviços Públicos: O
que o STF tem a nos dizer? / Rodrigo Sarmiento Barata
; orientador Elival da Silva Ramos -- São Paulo,
2017.
139

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Serviços Públicos. 2. Jurisprudência
constitucional. 3. Supremo Tribunal Federal. I. da
Silva Ramos, Elival, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Jamais imaginei que tanto teria a agradecer ao final deste trabalho. A dedicação acadêmica – isso ficou claro nos últimos três anos – exige muita dedicação e muitos amigos. Sem eles, nada sairia do lugar.

Amigos para discutir e trocar ideias, amigos para dar conselhos, amigos para compreender a situação do pesquisador e todas as limitações, exigências e intempéries enfrentadas nos últimos anos. Muito aprendi e cresci nesse período e devo isso à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ao meu professor orientador, aos professores com quem convivi nesse período e colegas de pós-graduação. Além desses, os amigos de toda vida, a família e a equipe de amigos do Madrona Advogados, com quem tenho prazer de conviver todos os dias, merecem mais que mero agradecimento registrado neste pedaço de papel.

Ainda assim, tenho que pedir desculpas a todos, especialmente ao meu pai, minha mãe, Marcela e Ana Carolina, por mais importantes que sejam e, de fato, foram essenciais nessa jornada, para agradecer e dedicar todo o trabalho a uma única pessoa: minha avó Maria Helena.

Sem dúvidas, ela merece muito mais que essa simples menção. Talvez, o assunto aqui tratado sequer a interessasse, mas eu daria tudo para poder tê-lo discutido com ela.

BARATA, Rodrigo Sarmiento, O Regime Constitucional dos Serviços Públicos: O que o STF tem a nos dizer?, 2017, 139 páginas, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

Este trabalho buscou desenvolver uma metodologia de pesquisa para seleção, coleta e análise de todos os julgados proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, tratando sobre serviços públicos, no período entre a promulgação da Constituição Federal e a data de corte estabelecida pela pesquisa (outubro/2013). Com isso, se propôs apresentar um panorama completo da compreensão da disciplina constitucional dos serviços públicos aos olhos do Supremo Tribunal Federal, permitindo ao pesquisador não apenas retratar o tema de pesquisa, mas também cruzar dados e informações com o objetivo de identificar outras características da atuação da Corte Constitucional brasileira. Para o desenvolvimento do trabalho foram criados procedimentos de análise e catalogação de dados, sendo que cada um dos 1.020 (mil e vinte) acórdãos originalmente identificados na pesquisa foram analisados e produzida uma ficha com informações colhidas de cada um. A partir da compilação e análise dos dados colhidos em cada acórdão, foi possível desenvolver a pesquisa e perceber como o STF se porta perante a temática dos serviços públicos, uma vez que essa é carregada de valores e não está tratada de modo exaustivo na Constituição Federal. Ao final, foi possível perceber que o STF atua com cautela no campo dos serviços públicos, valendo-se de mecanismos como o controle de pauta para, em muitas vezes, retardar seu julgamento até que a sociedade desenvolva suas próprias soluções à divergência jurídica apresentada à Corte.

Palavras-chave: Serviços Públicos – Jurisprudência Constitucional – Supremo Tribunal Federal.

BARATA, Rodrigo Sarmiento, The Constitutional Regime of Public Utilities: What does the STF have to tell us?, 2017, 139 pages, Masters Dissertation – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

This work aimed to develop a research methodology for the selection, collection and analysis of all the trials issued by *Supremo Tribunal Federal* (Brazilian Supreme Court), regarding public utilities, between the enactment of Brazilian Federal Constitution and the cut-off date established in this research (October/2013). Thus, it was proposed to present a complete outlook of the comprehension of the constitutional regime applied to public utilities, under Supreme Court's view, enabling the researcher not only to show the subject of the research, but also to cross data and information, in order to identify other features of Brazilian Constitutional Court action. For the development of this work, data analysis and cataloging procedures were created, and each of the 1,020 (thousand identified in the research) was analyzed and a card was produced with information collected from each one. Based on the compilation and analysis of the data collected in each decision, it was possible to develop the research and to understand how STF addresses the issue of public utilities, since it is loaded with values and not exhaustively dealt with the Federal Constitution. At the end, it was possible to perceive that STF acts with caution in the field of public services, using mechanisms such as the control of agenda to often delay its judgments until society develops its own solutions to the legal divergence presented to the Court.

Keywords: Public Services / Public Utilities – Constitutional Jurisprudence – Supremo Tribunal Federal / Supreme Court.

ÍNDICE

PARTE 01 – ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	8
I. APRESENTAÇÃO	8
II. O PROBLEMA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA SOCIEDADE.....	27
A) A eficácia dos direitos prestacionais.....	29
B) A intervenção do Estado na atividade econômica	35
III. O PROBLEMA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO DIREITO	38
A) A Constituição Federal de 1988 e os serviços público	40
B) Entre a noção e o regime jurídico	48
IV. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO UNIVERSO DO DIREITO	54
V. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA JURISPRUDENCIAL NA ACADEMIA JURÍDICA.....	67
A) O realismo jurídico	71
B) Perspectivas comportamental, institucional e econômica das decisões da Corte Constitucional.....	74
C) Jurimetria e estatística	80
PARTE 02 – DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	84
VI. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E PLANO DE TRABALHO	84
VI. METODOLOGIA DE PESQUISA	89
VII. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	99
IX. ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	103
PARTE 03 – RESULTADOS DA PESQUISA.....	105
X. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO STF NO TRATAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	105
XI. ANÁLISE DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA	123
XII. APROXIMAÇÕES E ENFRENTAMENTOS DA DOUTRINA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF A ESSE RESPEITO.....	133
XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
BIBLIOGRAFIA	140
ANEXO I – BANCO DE ACÓRDÃOS	147
ANEXO II – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CASOS	193
ANEXO III – PLANILHA DE CONTROLE	194

PARTE 01 – ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

I. APRESENTAÇÃO

Cortes Constitucionais são instituições fascinantes. O interesse que despertam nos mais variados campos do conhecimento é justificado, afinal, foram moldadas ao longo de sua história – intencionalmente ou não – para assumir papel de protagonistas na sociedade dos dias atuais (Vieira, 2008)¹. Além de juristas, especialmente os dedicados ao estudo do Direito Constitucional, as Cortes constitucionais atraem interesses de outros campos, como cientistas políticos, entusiasmados pela feição política da atuação da Corte, e os mais diversos atores da sociedade – inclusive a mídia e o público em geral² – interessados, muitas vezes, em casos ou causas específicos, isto é, no impacto que determinada decisão da Corte (com efeitos muitas vezes *erga omnes*, seja por ordem normativa ou por

¹ Ainda que se devam considerar as diferenças de arcabouço jurídico-institucional em cada jurisdição e o perfil das respectivas constituições – para melhor compreensão vide (Moraes, *Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais; Garantia suprema da constituição*, 2000) e (Cappelletti, 1999) – pode-se notar um movimento quase que global (ao menos no mundo ocidental) de evolução do papel da Corte Constitucional na organização da sociedade contemporânea. A literatura mais farta sobre o tema é, por certo, a estadunidense, em que a problematização da Suprema Corte é discutida há mais tempo (um dos principais temas lá discutidos é a politização da Suprema Corte e seu papel na democracia, um debate relevante entre, por exemplo, Dworkin (1989-1990) e Waldron (2006). Considerando o perfil da Constituição dos EUA (enxuta) e a tradição do *common law* (vinculação a precedentes, *stare decisis*), a atuação da Suprema Corte teve papel fundamental no desenvolvimento da sociedade norte-americana, desde a criação do *judicial review*, com Marshall, decisões fundamentais sobre segregação racial e tantos outros temas decididos no âmbito da jurisdição constitucional. A análise histórica da Suprema Corte por *Chef Justices* e suas respectivas atuações dá uma boa perspectiva do papel da Corte constitucional nesse diálogo institucional da divisão de poderes na sociedade (Schwartz, 1993). No Brasil, o STF teve e tem papel relevante, mas talvez seu expoente tenha se consolidado após a Constituição Federal de 1988 e ainda assim, somente após uma renovação quase que completa dos membros da Corte (importados, originalmente, do regime constitucional anterior) é que se tenha assumido protagonismo mais evidente – em uma análise do período entre 2002 e 2010, Gilmar Ferreira Mendes exemplifica a efervescência constitucional dos anos mais recentes do STF (Mendes G. F., *Estado de Direito e Jurisdição Constitucional - 2002-2010*, 2011).

² No Brasil, há bons exemplos do Supremo Tribunal Federal sob os holofotes da mídia. Casos de grande repercussão nacional, como o Mensalão e os processos de impeachment dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, foram intensamente acompanhados pelo público.

decorrência interpretativa³) surtirá em suas vidas, na sociedade ou apenas contrariando suas opiniões e convicções pessoais⁴.

A Corte constitucional, entenda-se ou não adequado, tem exercido, na prática, papel ativo na construção dos direitos da sociedade de um modo geral (cidadão, grupos específicos, minorias, Estado). É por isso que a discussão sobre o papel da Corte constitucional permanece tão atual. Discutir a atuação da Corte no exercício do controle de constitucionalidade, seja de modo abstrato ou na abordagem de casos concretos, não deixa de ser uma discussão da democracia contemporânea (Mendes C. H., *Constitutional Courts and Deliberative Democracy*, 2013). Ao contrário da divisão de atribuições entre os Poderes Executivo e Legislativo, a interface desses dois últimos com o Judiciário não é tão clara. Sem a pretensão de um juízo de valor, a ingerência da jurisdição constitucional sobre atuação legislativa, não mais como mero agente de veto (Hoennige, Gschwend, Engst, & Wittig, 2016), mas efetivo legislador positivo (Ramos, 2010), é clara, seja de modo positivado, como a Súmula Vinculante (art. 103-A, da Constituição Federal) ou em suas decisões (vide ADI 3510 ou MI 712).

Situação semelhante é vivenciada pelo Poder Executivo, por vezes ordenado a atuar ativamente, ou seja, recebendo um mandado de cumprimento de determinada política pública, nem sempre existente no planejamento da Administração, isto é, não compatível com o orçamento disponível, ou na própria lei. Caso clássico é o do fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, uma promessa universalizada (uma garantia prescrita pela Constituição Federal especialmente nos artigos 6º e 196) que é constantemente efetivada pelo STF (e restante do Judiciário), ainda que fora da cobertura do SUS (Nunes & Scaff, 2011). A expansividade da Constituição Federal na garantia de direitos que dependem de prestações positivas do Estado (políticas públicas), que

³ (Mendes G. F., *O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional*, 2004)

⁴ Pode-se notar que em muitas circunstâncias o STF surge na mídia não apenas por decisões que afetem diretamente as vidas das pessoas, mas pela repercussão que determinado caso toma na sociedade. Muitas situações criminais que impactaram a sociedade, tiveram algum desfecho na Corte constitucional, dadas suas competências expansivas trazidas na Constituição (art. 102).

é justificada pelo contexto em que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada⁵, somada ao papel mais ativo da Corte constitucional na busca de conferir efetividade à Constituição, direcionaram as instituições para sua configuração atual (Mendes C. H., 2008, pp. 137-196). Elival da Silva Ramos (2010, p. 271) demonstra o resultado desse arranjo com clareza:

Ao Poder Judiciário deveria caber, nesse modelo, o controle jurídico da atividade intervencionista dos demais Poderes. No entanto, sobre ele também recaem as expectativas e pressões da sociedade no sentido da mais célere possível consecução dos fins traçados na Constituição, incluindo a imediata fruição de direitos sociais ou a extensão de benefícios, de universalização progressiva, concedidos a determinadas categorias ou regiões com exclusão de outras. É nesse sentido que se pode dizer que o próprio modelo de Estado-providência constitui força impulsionadora do ativismo judicial, levando juízes e tribunais a relevar, em algumas situações, a existência de limites impostos pelo próprio ordenamento cuja atuação lhes incumbe, na ilusão de poderem 'queimar' etapas, concretizando, no presente, o programa que a Constituição delineou prospectivamente.

Não se pretende adentrar à discussão do ativismo judicial, sua existência, legitimidade, causas ou consequências. Assume-se, porém, que o STF por vezes emite decisões que não se restringem à mera declaração de constitucionalidade ou não da norma em questão ou do atendimento ou não de determinada situação à realidade constitucional vigente⁶. Algumas decisões da Corte extrapolam os limites processuais originalmente definidos no ordenamento positivado (cada ação com seu regime próprio), sendo que estas atuações ampliativas tendem a conflitar com um dos demais Poderes da República.

Para exemplificar o cenário ora desenhado, é interessante buscar duas situações concretas, uma para cada conflito institucional acima tratado. A primeira é a ADPF 132⁷, julgada pelo STF em 2011. Nesse caso, a Corte reconheceu a

⁵ Esse argumento decorre de dois fatores, um local e outro global. Por um lado, o Brasil acabava de encerrar o regime autoritário, após muita luta social – uma constituição cidadã era necessária. Por outro, o cenário internacional e de desenvolvimento do constitucionalismo contemporâneo indicava o mesmo rumo – veja-se a Constituição portuguesa, de 1976.

⁶ Sobre este tema, interessante debate foi travado entre Luís Roberto Barroso (2015) e Ivar A Hartmann e Daniel Chada (2015).

⁷ Em conjunto com a ADI 4277.

legitimidade jurídica da união entre pessoas do mesmo sexo (união homoafetiva), legitimando-a como entidade familiar para todos os fins de Direito, ao equipará-la à união estável heteroafetiva⁸.

⁸ A longa ementa resume de forma satisfatória o julgamento: “Ementa: 1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE REMANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO. CONVERGÊNCIA DE OBJETOS ENTRE AÇÕES DE NATUREZA ABSTRATA. JULGAMENTO CONJUNTO. Encampação dos fundamentos da ADPF nº 132-RJ pela ADI nº 4.277-DF, com a finalidade de conferir “interpretação conforme à Constituição” ao art. 1.723 do Código Civil. Atendimento das condições da ação. 2. PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos”. Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana “norma geral negativa”, segundo a qual “o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido”. Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da “dignidade da pessoa humana”: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. 3. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO “FAMÍLIA” NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUCTIONISTA. O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica. Núcleo familiar que é o principal lócus institucional de concreção dos direitos fundamentais que a própria Constituição designa por “intimidade e vida privada” (inciso X do art. 5º). Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. Família como figura central ou continente, de que tudo o mais é conteúdo. Imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil. Avanço da Constituição Federal

Penso que a decisão do STF foi justa ou, melhor, promoveu justiça, tomando a decisão mais acertada para o bem comum (Sandel, 2011). Essa opinião,

de 1988 no plano dos costumes. Caminhada na direção do pluralismo como categoria sócio-político-cultural. Competência do Supremo Tribunal Federal para manter, interpretativamente, o Texto Magno na posse do seu fundamental atributo da coerência, o que passa pela eliminação de preconceito quanto à orientação sexual das pessoas. 4. UNIÃO ESTÁVEL. NORMAÇÃO CONSTITUCIONAL REFERIDA A HOMEM E MULHER, MAS APENAS PARA ESPECIAL PROTEÇÃO DESTA ÚLTIMA. FOCADO PROPÓSITO CONSTITUCIONAL DE ESTABELECEER RELAÇÕES JURÍDICAS HORIZONTAIS OU SEM HIERARQUIA ENTRE AS DUAS TIPOLOGIAS DO GÊNERO HUMANO. IDENTIDADE CONSTITUCIONAL DOS CONCEITOS DE “ENTIDADE FAMILIAR” E “FAMÍLIA”. A referência constitucional à dualidade básica homem/mulher, no §3º do seu art. 226, deve-se ao centrado intuito de não se perder a menor oportunidade para favorecer relações jurídicas horizontais ou sem hierarquia no âmbito das sociedades domésticas. Reforço normativo a um mais eficiente combate à renitência patriarcal dos costumes brasileiros. Impossibilidade de uso da letra da Constituição para ressuscitar o art. 175 da Carta de 1967/1969. Não há como fazer rolar a cabeça do art. 226 no patíbulo do seu parágrafo terceiro. Dispositivo que, ao utilizar da terminologia “entidade familiar”, não pretendeu diferenciá-la da “família”. Inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico. Emprego do fraseado “entidade familiar” como sinônimo perfeito de família. A Constituição não interdita a formação de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub judice. Inexistência do direito dos indivíduos heteroafetivos à sua não-equivalência jurídica com os indivíduos homoafetivos. Aplicabilidade do §2º do art. 5º da Constituição Federal, a evidenciar que outros direitos e garantias, não expressamente listados na Constituição, emergem “do regime e dos princípios por ela adotados”, verbis: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. 5. DIVERGÊNCIAS LATERAIS QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. Anotação de que os Ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso convergiram no particular entendimento da impossibilidade de ortodoxo enquadramento da união homoafetiva nas espécies de família constitucionalmente estabelecidas. Sem embargo, reconheceram a união entre parceiros do mesmo sexo como uma nova forma de entidade familiar. Matéria aberta à conformação legislativa, sem prejuízo do reconhecimento da imediata auto-aplicabilidade da Constituição. 6. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA “INTERPRETAÇÃO CONFORME”). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de “interpretação conforme à Constituição”. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.” (ADPF 132, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011, DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-01 PP-00001)

contudo, não decorre de juízo estritamente técnico, mas da ponderação de valores próprios do intérprete. Isso porque, utilizando-se de técnicas de interpretação da Constituição, o STF emitiu juízo que positivou no ordenamento jurídico nova regra sobre o regime civil de união estável, alterando o preceito legal vigente⁹. Independente da técnica interpretativa que se tenha adotado, a consequência da operação foi a inclusão de nova possibilidade à configuração da entidade familiar decorrente de união estável. Formalmente, pode-se dizer que o juízo constitucional reconheceu a nulidade da leitura literal e restritiva do texto constitucional (até então prevalecente), sem redução do texto da norma (inclusive porque isso não seria possível¹⁰), ou seja, atuando nos limites do espaço de interpretação do elemento textual do dispositivo constitucional¹¹, a Corte reconheceu a inconstitucionalidade de uma leitura específica da norma, não condizente com o restante da Constituição..

Olhando para as políticas públicas, ou seja, no conflito entre Judiciário e Executivo, também há muitos exemplos, inclusive porque a situação é recorrente nos tribunais inferiores¹². Nesse passo, o Min. Joaquim Barbosa, quando da relatoria e voto no RE 634.643 AgR, explicita a situação:

Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é permitido ao Poder Judiciário *[veja-se que a autorização é generalizada]*, em situações excepcionais, determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais sem que isso configure violação ao princípio da separação de poderes. Nesse sentido, v.g., RE 417.408-AgR, rel. Min. Dias Toffoli; RE 665.764-AgR, rel. Min. Cármen Lúcia; RE 559.646-AgR, rel. Min. Ellen Gracie; RE 557.086-AgR, rel. Min. Eros Grau; AI 589.398-AgR, rel. Min. Dias Toffoli; AI 708.667-AgR, rel. Min. Dias Toffoli.

No presente caso, é inquestionável a relevância social da questão debatida nos autos, uma vez que se trata de grave situação dos moradores de rua e da garantia de atendimento em abrigos a

⁹ Código Civil. “Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

¹⁰ Vide ADI 815

¹¹ Sobre os limites da interpretação, Kelsen já estabelecia o quadro, a moldura de possibilidades interpretativas (2006, pp. 387-397) e Ramos também trata da nulidade qualitativa.

¹² Sobre o controle judicial de políticas públicas há diversos trabalhos jurídicos. Vide, como interessantes abordagens do tema, COMPARATO (1997) e BADIN (2013).

familiares e pessoas carentes desprovidas do elementar direito à moradia.

O caso que ilustra o exemplo, como se pode notar da transcrição acima, discutia uma ordem judicial para que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro disponibilizasse mais 65 (sessenta e cinco) vagas em abrigos para moradores de rua. A defesa alegava a prerrogativa do Executivo para identificar as prioridades para o uso do orçamento com políticas públicas (art. 2º da Constituição, a divisão dos Poderes) e que o gasto, portanto, seria discricionário (violando o art. 167 da Constituição se não previsto em orçamento). Quando no STF, o voto condutor, antes da digressão transcrita acima, entendeu que a discussão seria fático-probatória, invocando o verbete nº 279¹³ da Súmula do STF para fundamentar o descabimento do caso. A ordem para disponibilização das vagas aos moradores de rua – novamente, uma decisão que busca promover justiça¹⁴ – foi mantida.

Há dois fatos que merecem destaque no caso dos abrigos para moradores de rua. O primeiro é a constatação de que a jurisprudência citada (talvez a mais recente quando do julgamento) esteja repleta de Agravos Regimentais, demonstrando que o tema tende a ser julgado monocraticamente pelos Ministros e levado ao colegiado (Turma ou Plenário) na situação de recurso. Isso demonstra que o STF já reconheceu e de certo modo delegou ao Judiciário como um todo o juízo de oportunidade para a ingerência na função administrativa¹⁵, podendo os juízes exigir a prestação de determinada política pública em situações concretas – sempre no juízo do julgador. Isso leva ao segundo fato: o próprio STF reconheceu a prerrogativa própria ao Judiciário (do qual compõe a cúpula) para interferir nas escolhas políticas do Poder Executivo. Em outros termos, o STF expressamente se

¹³ “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”.

¹⁴ Neste caso, ainda há como se questionar se a Justiça é efetiva, já que o número de vagas não aparenta solucionar o problema de moradores de rua sem abrigo, mas apenas de uma situação específica, podendo gerar – e essa é apenas uma hipótese que não foi investigada – problemas de distorção, com algumas localidades, beneficiadas com ações do Ministério Público que restam privilegiadas a outras que, sem a ação do Ministério Público ou outras entidades, não receberão igual atenção e investimento. A diferença está no fato de o primeiro exemplo incidir na função legislativa e, com isso, prover regras de observância geral, enquanto o exemplo de conflito com o Executivo se dá em casos concretos, populações específicas.

¹⁵ Vide a conceituação de Celso Antônio Bandeira de Mello em (2009, p. 36)

intituiu o provedor da última palavra (ou aquele que tem o direito de errar por último, como sugere Mendes¹⁶), tanto nas escolhas legislativas quanto nas políticas, contanto que invocado a se manifestar.

Por óbvio não se está tentando argumentar por uma ditadura do Judiciário, de forma pejorativa, ou qualquer situação do mesmo gênero. Apenas provocar o exercício do raciocínio proposto no voto do Min. Joaquim Barbosa, o que já foi também sugerido por Vilhena (Supremocracia, 2008), conforme acima, e por Karl Loewenstein (1979, pp. 321-325), que alerta sobre os riscos de uma judiciocracia. Levando a situação ao extremo, há que, em relação aos direitos fundamentais sociais¹⁷ (cláusulas pétreas da Constituição), por exemplo, o Judiciário pode ordenar o Executivo a executar determinada prestação (o que se está chamando de política pública – outro conceito que não se pretende aprofundar), caso entenda a situação como excepcional, o seu critério. Em resposta, o Legislativo pode tentar modificar a legislação ou mesmo emendar a Constituição Federal para reduzir a exposição do Poder Executivo às ordens de universalização desta determinada e hipotética política pública. Contudo, se provocado, o STF poderá reconhecer a inconstitucionalidade da norma editada e, assim, permanecer exigindo a prestação material garantidora do efetivo direito trazido pela Constituição Federal.

O propósito, novamente, não é opinar sobre a adequação ou não desta atuação proativa da Corte constitucional, mas apresentar alguns elementos que demonstram quão fascinante – ao menos para fins teóricos e discussão acadêmica – é a análise da instituição representada pela Corte constitucional e de sua principal função: ser a guardiã da Constituição. Retomando o que foi acima apontado, a evolução do constitucionalismo, isto é, tanto das constituições em si (sobre o quê e como a constituição deve dispor) quanto das Cortes constitucionais (processos de controle de constitucionalidade), foi paulatinamente ampliando o espectro de atuação dos juízes constitucionais, aumentando seus poderes e evidenciando-os à sociedade. Atualmente, como também já exposto, a sociedade espera algo das Cortes constitucionais, razão pela qual é necessário discutir como deve ser o

¹⁶ (2011, pp. 165-170)

¹⁷ Conforme Alexy (2008, pp. 499-519).

diálogo institucional entre os Poderes nesse novo cenário. Não mais buscar a simples retratação dos juízes e cessação de seu protagonismo social. A sociedade conta com o Judiciário e especialmente com a Suprema Corte. Ainda que existam premissas teóricas fundadoras do Estado que imponham limites ao Judiciário, especialmente sob a perspectiva democrática, já que os juízes não são eleitos, do mesmo modo parece não tão democrático suprimir poderes de uma instituição, cuja atuação fora de seus limites teóricos é de alguma forma respaldada pela sociedade. O dilema é de difícil solução.

Discutir sobre o diálogo institucional entre os Poderes e a legitimidade democrática da Corte constitucional é algo que já vem sendo feito por grandes juristas nacionais e estrangeiros. Este trabalho não se propõe a ingressar nessa seara. O foco de atenção desta pesquisa é a decisão judicial, na verdade o conjunto de decisões judiciais ou a jurisprudência do STF. Os questionamentos cujas respostas serão investigadas são menos dogmáticos e, inicialmente, mais pragmáticos. O contexto de discussão e o cenário acima retratado serão assumidos como realidade para os fins deste trabalho.

Outro caso de repercussão relevante no STF colaborará com a introdução mais específica do plano e objetivos deste trabalho. Trata-se da ADPF 46¹⁸. Nessa

¹⁸ Outra ementa extensa, mas pertinente para compreensão geral do caso: “EMENTA: ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. EMPRESA PÚBLICA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS. PRIVILÉGIO DE ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS. SERVIÇO POSTAL. CONTROVÉRSIA REFERENTE À LEI FEDERAL 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978. ATO NORMATIVO QUE REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONCERNENTES AO SERVIÇO POSTAL. PREVISÃO DE SANÇÕES NAS HIPÓTESES DE VIOLAÇÃO DO PRIVILÉGIO POSTAL. COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL VIGENTE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 1º, INCISO IV; 5º, INCISO XIII, 170, CAPUT, INCISO IV E PARÁGRAFO ÚNICO, E 173 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LIVRE CONCORRÊNCIA E LIVRE INICIATIVA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. ARGUIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO CONFERIDA AO ARTIGO 42 DA LEI N. 6.538, QUE ESTABELECE SANÇÃO, SE CONFIGURADA A VIOLAÇÃO DO PRIVILÉGIO POSTAL DA UNIÃO. APLICAÇÃO ÀS ATIVIDADES POSTAIS DESCRITAS NO ARTIGO 9º, DA LEI. 1. O serviço postal --- conjunto de atividades que torna possível o envio de correspondência, ou objeto postal, de um remetente para endereço final e determinado --- não consubstancia atividade econômica em sentido estrito. Serviço postal é serviço público. 2. A atividade econômica em sentido amplo é gênero que compreende duas espécies, o serviço público e a atividade econômica em sentido estrito. Monopólio é de

ação, a ABRAED – Associação Brasileira das Empresas de Distribuição questionou ao STF se a Lei nº 6.538/78¹⁹ (por consequência, o Decreto-lei nº 509/69²⁰ também foi discutido) teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988, considerando as atuais disposições constitucionais sobre a ordem econômica (especialmente o art. 170). Em suma, a ABRAED pretendia que o STF revisasse o entendimento, segundo o qual a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é prestadora única²¹ das atividades de entrega de correspondências, sendo vedado

atividade econômica em sentido estrito, empreendida por agentes econômicos privados. A exclusividade da prestação dos serviços públicos é expressão de uma situação de privilégio. Monopólio e privilégio são distintos entre si; não se os deve confundir no âmbito da linguagem jurídica, qual ocorre no vocabulário vulgar. 3. A Constituição do Brasil confere à União, em caráter exclusivo, a exploração do serviço postal e o correio aéreo nacional [artigo 20, inciso X]. 4. O serviço postal é prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, empresa pública, entidade da Administração Indireta da União, criada pelo decreto-lei n. 509, de 10 de março de 1.969. 5. É imprescindível distinguirmos o regime de privilégio, que diz com a prestação dos serviços públicos, do regime de monopólio sob o qual, algumas vezes, a exploração de atividade econômica em sentido estrito é empreendida pelo Estado. 6. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve atuar em regime de exclusividade na prestação dos serviços que lhe incumbem em situação de privilégio, o privilégio postal. 7. Os regimes jurídicos sob os quais em regra são prestados os serviços públicos importam em que essa atividade seja desenvolvida sob privilégio, inclusive, em regra, o da exclusividade. 8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente por maioria. O Tribunal deu interpretação conforme à Constituição ao artigo 42 da Lei n. 6.538 para restringir a sua aplicação às atividades postais descritas no artigo 9º desse ato normativo.” (ADPF 46, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2009, DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-01 PP-00020 RTJ VOL-00223-01 PP-00011).

¹⁹ A lei dispõe sobre os serviços postais, definidos como “o recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas” (art. 7º, *caput*), sendo certo que as correspondências compõem: cartas (*comunicação escrita*, [com ou sem envoltório], *de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário*), cartões-postais (*material consistente, sem envoltório, contendo mensagem e endereço*), impressos (*reprodução obtida sobre material de uso corrente na imprensa, editado em vários exemplares idênticos*), cecogramas (*impresso em relevo, para uso dos cegos*) e pequenas encomendas (*objeto de correspondência, com ou sem valor mercantil, com peso limitado, remetido sem fins comerciais*). A lei estabelece que os serviços postais são explorados pela União, através de empresa pública (art. 2º), sendo crime a *violação do privilégio postal da União* (art. 42).

²⁰ Decreto-lei que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública, e dá outras providências, determina que: “art. 2º. À ECT compete: I - executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional; (...)”.

²¹ Deixa-se para um momento posterior a discussão sobre monopólio das atividades (econômicas) e privilégio do estado na prestação de serviços públicos de forma exclusiva. Esta dicotomia fundamenta a corrente vencedora no julgamento da ADPF 46 e foi liderada

à iniciativa privada realizar tais atividades (buscava, em termos técnicos, reconhecer a não recepção da legislação que suporta a atuação da ECT). Além disso, pretendia discutir o conceito de “carta”, trazido na Lei nº 6.538/78, para restringi-lo *ao papel escrito, metido em envoltório fechado, selado, que se envia de uma parte a outra, com conteúdo único, para comunicação entre pessoas distantes contendo assuntos de natureza pessoal e dirigido, produzido por meio intelectual e não mecânico*. Nessa definição, buscava excluir expressamente *mala-direta, revistas, jornais e periódicos, encomendas, contas de luz, água e telefone e assemelhados, bem como objetos bancários como talões de cheques, cartões de crédito, etc.*²²

As empresas de entrega e distribuição, representadas pela ABRAED, argumentavam que a ordem econômica constituída no Estado brasileiro pela Constituição de 1988 seria clara na defesa da livre iniciativa e concorrência, assim como no livre exercício da atividade econômica, razão pela qual a própria Carta Constitucional traria de forma expressa e taxativa as atividades relegadas ao monopólio estatal²³. Em sentido contrário, a ECT defende a interpretação do art. 21, X, da Constituição Federal²⁴ segundo a qual, o verbo “manter”, que caracteriza o dever da União perante o serviço postal, deve ser compreendido sob a premissa de que o serviço postal é um serviço público, cabendo à União, portanto, sua titularidade e a possibilidade de disposição sobre seu regime de prestação. Por

pelo Min. Eros Grau. Ver também sua posição doutrinária anterior ao julgamento (Grau, 2008, pp. 90-153).

²² Petição inicial e demais documentos destes autos estão disponíveis em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=46&classe=ADPF&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Consulta realizada em 25/08/2016.

²³ “Art. 177. Constituem monopólio da União: I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores; IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem; V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal.”

²⁴ Art. 21. Compete à União: (...) X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional; (...). ”.

isso, a legislação questionada seria legítima e a ECT exerceria regularmente o privilégio sobre tais serviços. O STF, acompanhando voto do Min. Eros Grau, ratificou o entendimento da ECT, atestando que os serviços postais seriam serviços públicos de titularidade da União, sendo que esta deverá organizá-los para assegurar sua universalidade e acessibilidade.

Mas o que é um serviço público? O que a Constituição quer dizer quando menciona “serviço público”? Por que os serviços postais são serviços públicos e os bancos, por exemplo, não o são? O que faz uma atividade ser considerada serviço público? E o que isso quer dizer?

Está claro que a Constituição Federal em momento algum indica expressamente que a União deve, de fato, realizar os serviços postais por meio próprio, muito menos que somente a União ou seu órgão ou entidade prestadora de serviços postais será responsável exclusivo por tais atividades (isso está disposto em lei anterior à Constituição). Por outro lado, também não se diz em local algum o contrário, isto é, que as atividades postais devem ser compreendidas como meras atividades econômicas (em sentido estrito, para adotar a classificação de Eros Roberto Grau²⁵) livres ao mercado. De que maneira situações como a ora retratada são resolvidas pelo STF? E como deveriam ser resolvidas idealmente?

A resposta óbvia e mais simples é que o mecanismo de solução perpassa a interpretação da própria Constituição, não se limitando às tiras específicas que tratam dos serviços postais e das atividades econômicas (Grau, Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito, 2006), mas compreendendo seu todo, sua essência, a intenção do constituinte ou, como na lição de Dworkin, deveriam ser resolvidas a partir de uma discussão de princípios (Dworkin, 2005, pp. 41-103). A resposta, contudo, não parece precisa o suficiente, pois discute o tema sob o aspecto dogmático, o que é válido e de fundamental importância (inclusive para que se chegasse a esse ponto de questionamento), mas não demonstra se e como essa discussão acontece e, avançando um pouco mais, no que resulta na prática (qual seu *output* para a sociedade). Definir que a discussão é interpretativa ou

²⁵ (Grau, 1988, pp. 109-114).

principiológica apresenta o meio de solução do problema, mas não o resolve. A solução está em cada decisão da Corte. A proposta desta pesquisa, desse modo, é analisar os *outputs* da Corte, a resposta que dá à sociedade e ao Direito sobre determinado assunto constitucional. Essa resposta, ademais, deve ser compreendida como o conjunto das respostas sobre um determinado tema e não apenas uma resposta isolada em situação específica.

Quando se trata de um aspecto específico, um caso difícil isolado, a compreensão prática da deliberação de princípios (ou deliberação política) é mais simples. Contudo, existem na Constituição diversos direitos e conceitos jurídicos (Grau, 1988, pp. 62-70) que são discutidos não sob apenas um aspecto, mas diversos. Tome-se o exemplo do direito à vida: para se tentar responder à pergunta “*O que é o direito à vida no regime jurídico brasileiro?*”, pode-se partir da leitura da Constituição para dizer que é um direito fundamental (art. 5º, *caput*), sua violação é crime sujeito ao júri, a vida não compreende apenas a constatação biológica desse estado, mas a garantia de determinada qualidade de vida (art. 225) e é dever da família também garantir o direito à vida da criança, jovem e adolescente. Enfim, a Constituição dispõe sobre esse direito, mas não o delimita com precisão. Ao discutir o aborto de fetos anencefálicos se está discutindo o direito à vida? A Constituição protege esse direito em relação ao feto? Outro exemplo tradicional: a Constituição protege o direito à vida contra seu próprio titular? É o caso da eutanásia.

Para manter a fidelidade ao exemplo condutor dessa digressão, analisemos os dois argumentos centrais das posições conflitantes da ADPF 46. De um lado, o Ministro Relator, Marco Aurélio, parte de uma leitura histórica do Estado brasileiro e das constituições pretéritas para dizer que o texto reproduzido no art. 21, X, da Constituição de 1988 é mera repetição de disposição já mantida em nossas Cartas desde 1934 (sendo que na Carta de 1891 já se falava em serviços de correios e telégrafos federais). Isso, contudo, não significaria dizer que a leitura desse dispositivo deva ser a mesma desde seus primórdios até o texto atual. A função e importância da entrega de cartas no século XIX é totalmente distinta do que se vê na realidade dos dias de hoje, que é conectada pela internet e sistemas de comunicação dos mais diversos. As cartas, a bem da verdade, são elementos

históricos, já pouco utilizados no mundo para troca de mensagens entre remetente e receptor. A comunicação é instantânea, imediata, totalmente conectada²⁶. Diante disso, o Min. Marco Aurélio propõe uma mutação constitucional²⁷ para justificar a leitura do dever de a União manter o serviço postal não mais como historicamente entendido, mas como mera atuação subsidiária, ou seja, suprimindo lacunas não atingidas pela iniciativa privada por vontade própria – disso podemos extrair que o Ministro sugeria uma atuação subsidiária da ECT ou uma regulação incisiva sobre os serviços postais, garantindo que empresas interessadas pudessem atuar nos mercados mais lucrativos e também suprir a demanda de mercados menos interessantes. A Constituição Federal de 1988, portanto, não teria recepcionado a Lei nº 6.538/78 (por consequência ou, por arrastamento, como diz a jurisprudência do STF, parte do Decreto-lei nº 509/69 também não poderia ter sido recepcionada).

Já no voto condutor do julgamento, proferido pelo Min. Eros Grau, tem-se um entendimento muito distinto, que apresenta uma tese doutrinária também defendida pelo então Ministro Eros Roberto Grau. Em sua compreensão, a atividade econômica deve ser vislumbrada como gênero compreendendo duas espécies, o serviço público e a atividade econômica em sentido estrito. O primeiro seria de titularidade e responsabilidade estatais, enquanto a atividade econômica em sentido estrito seria livre à iniciativa privada. Para prestar serviços públicos, portanto, o Estado deveria autorizar os particulares previamente, mas para o Estado atuar na atividade econômica, por seu turno, deveria justificar sua intrusão em bases de *segurança nacional ou relevante interesse coletivo*. Dessa distinção e do disposto no já repetidas vezes citado art. 21, X, o voto condutor entende que os serviços postais são serviços públicos, razão pela qual a prestação de tais atividades por particulares somente seria permitida se o próprio Estado assim

²⁶ “Nesse contexto, qual o significado do teor do inciso X do art. 21? Será que o sentido da expressão ‘manter o serviço postal’ é hoje o mesmo de duzentos anos atrás, quando pelo Alvará de 20 de Janeiro de 1798, instituiu-se que competia aos Poderes Públicos o processo de organização postal dos Correios Terrestres? Será que se está condenado a ficar permanentemente atrelado ao passado, ignorando que o sentido das normas também é condicionado pela evolução da vida, da vida em sociedade? A resposta é desenganadamente negativa, revelando-se um sonoro ‘não’ (ADPF 26, pp. 27-28).

²⁷ (Barata, 2012, pp. 394-398).

permitisse – daí o chamado regime de privilégio estatal na prestação de serviços públicos, utilizado para contrapor o monopólio alegado e combatido na ação²⁸.

Este exemplo serve para ilustrar o problema que a presente pesquisa tentou enfrentar: como a Corte constitucional se comporta quando posta a concretizar direitos ou conceitos jurídicos abstratos trazidos pela Constituição Federal?²⁹

²⁸ “Tenho reiteradamente insistido na necessidade de apartarmos o regime de privilégio, de que se reverte a prestação dos serviços públicos, do regime de monopólio sob o qual, algumas vezes, a exploração de atividade econômica em sentido estrito é empreendida pelo Estado.

Monopólio é de *atividade econômica em sentido estrito*. Já a exclusividade da prestação dos *serviços públicos* é expressão de uma situação de *privilégio*. RUY BARBOSA afirmava a necessidade de distinguirmos entre o monopólio da atividade econômica (em sentido estrito) e a situação, ‘absolutamente diversa, nos seus elementos assim materiais como legais, de outros privilégios, que não desfalcando por modo algum o território do direito individual, confiam a indivíduos ou corporações especiais o exercício exclusivo de certas faculdades, reservadas, de seu natural, ao uso da Administração, no País, no Estado, ou no Município, e por ela delegados, em troca de certas compensações, a esses concessionários privativos’. E, adiante, completa: ‘Num ou noutro caso, pois, todos esses serviços hão de ser, necessariamente, objeto de privilégios exclusivos, quer os retenha em se o governo local, quer os confie a executores por ele autorizados. De modo que são privilégios exclusivos, mas não monopólios na significação má e funesta da palavra’. Por quê? Porque se trata da exclusividade da prestação de serviços públicos, que é atividade distinta da atividade econômica em sentido estrito. Por isso digo que o serviço público está para o Estado assim como a atividade econômica em sentido estrito está para o setor privado” (ADPF 46, pp. 70-71 – grifos e destaques no original).

²⁹ Importante contribuição para a reflexão de qual o propósito da pesquisa proposta foi dada pela Banca de Qualificação, composta pelos Professores Elival da Silva Ramos (orientador), Carlos Bastide Horbach e Rodrigo Pagani de Souza. As provocações apresentadas e a reflexão que delas decorreu foram muito importantes para definir o propósito, o problema principal da pesquisa: verificar, a partir de uma análise ampla das decisões do STF sobre determinado direito ou conceito jurídico, qual o *output* da Corte sobre aquele instituto. Isto é, se é possível definir o direito ou conceito jurídico em análise a partir das decisões proferidas pelo STF. A escolha pelos serviços públicos, deste modo, foi uma opção do pesquisador tomada ao início da pesquisa, assumindo como hipótese que este seria um instituto interessante para a pesquisa da forma como proposta, haja vista a recorrência de discussões sobre o tema, a possibilidade de delimitação da pesquisa com critérios objetivos, dentre outros aspectos melhor apresentados ao longo deste trabalho. Também não tomo como objetivo principal a utilização de métodos quantitativos na pesquisa jurisprudencial, posto que isso seria pretensão demasiada para este momento, inclusive pela falta de conhecimento estatístico para a realização de um trabalho sofisticado o suficiente para o tipo de pesquisa atualmente realizada. A proposta, portanto, pode ter se tornado mais modesta, o que não retira sua pertinência.

A Constituição Federal brasileira pode ser classificada como rígida, analítica e dirigente (Moraes, 2008, pp. 10-11). Isto quer dizer que a ordem constitucional brasileira, topo de nosso ordenamento jurídico³⁰, disciplina muitos temas (alguns até de forma desnecessária ou com excesso de regulamentação). Tais temas abundantes ainda são regulados de forma programática (prospectando situações futuras³¹) e sua alteração no plano constitucional é difícil, exigindo aprovação do Congresso Nacional em quórum qualificado (três quintos dos membros) e após dois turnos de votação. Assim, não é incomum se deparar com situações nas quais valores constitucionais ou princípios entram em conflito³². Do mesmo modo, também nos deparamos com situações nas quais o texto constitucional é aberto, vago ou comporta interpretações bastante aceitáveis, mas em caminhos diametralmente opostos.

Os serviços públicos integram esse rol de situações constitucionais abstratas ou abertas. Nas palavras de Eros Roberto Grau (1988, p. 109):

O exercício de preenchimento do conceito de 'serviço adequado' envolveu a consideração de dados da realidade. Há outros, no entanto, como anteriormente observei, cujo preenchimento é de ser empreendido mediante a consideração de concepções políticas predominantes, concepções essas que variam conforme a atuação das forças sociais.

Para exemplificar, em torno dessas hipóteses, tomarei agora dos conceitos de *atividade econômica* e de *serviços públicos*.

À frente, constata (1988, p. 111):

De outra parte, a tentativa de defini-lo [*serviço público*] como 'atividade sujeita ao regime de serviço público' é também de todo improfícua.

E isso, por um lado, em razão de inexistir 'uma totalidade normativa que se possa referir como *regime de serviço público*, tal como penso também ter demonstrado em oportunidades anteriores.

Por outro lado, em virtude de, ao afirmar-se que atividade de serviço público é aquela desempenhada em regime de serviço público, perpetrar-se indesculpável tautologia, além do mais privilegiando-se a forma, em detrimento do conteúdo.

Uma atividade determinada fica sujeita a regime de serviço público porque é serviço público e não, como muitos enganosamente

³⁰ (Kelsen, 2006, pp. 246-249).

³¹ (Miranda, 1996, pp. 243-246).

³² (Alexy, 2008, pp. 93-103).

propõem, passa a ser tida como serviço público porque a ela aplicado regime de serviço público.

Então, o que é serviço público? Dizer que determinada atividade é serviço público simplesmente porque assim o é não resolve a indeterminação da noção³³ de serviço público. A conclusão é pelo reconhecimento do desafio diuturno de concretização do serviço público, acompanhando a realidade em que inserido (Grau, 1988, p. 114):

Diante desse quadro desnuda-se como extremamente complexa a tarefa de preenchimento dos conceitos de iniciativa econômica e de serviço público, sempre que nos incumbe aplicar um ou outro a determinada situação. Nem mesmo o recurso à consideração do estado do jogo de classes contribuirá eficazmente, em determinados casos, para a supressão dessa complexidade. Em tais casos limite, porém, teremos também inteiramente desnudado, em seu papel eficientemente desempenhado, de transformação da luta em jogo, o próprio Direito.

A crítica que se pode fazer à proposta de pesquisa, nesse passo, é que os serviços públicos não teriam sua definição literalmente expressa na Constituição por opção consciente do Poder Constituinte originário, deixando margem ao legislador ordinário para deliberação, feitas apenas algumas ressalvas sobre os serviços públicos essenciais, já definidos pela Constituição Federal (Bandeira de Mello C. A., 1979, pp. 22-23). Quanto a esse ponto, assumiu-se a hipótese de que o STF, embora diante da delegação do tema à legislação ordinária, tem papel relevante na utilização da noção e definição do regime jurídico do serviço público. Assim, não se imagina que o conjunto de decisões do STF sobre o tema permita que se extraia um conjunto de enunciados normativos que definirão claramente o que é um serviço público e seu regime jurídico constitucional. O propósito aqui será a realização de um retrato da jurisprudência do STF sobre serviços públicos e sob a égide da Constituição de 1988. Esse quadro, contudo, não será tomado como um conjunto normativo³⁴, mas como fatos concretos a serem analisados e testados, na

³³ Tendo em vista a cambialidade do conteúdo do serviço público, não se fala em conceito de serviços públicos e sim na sua noção. Vide Duguit (2007, pp. 28-31) e Grau (2008, pp. 132-135).

³⁴ Nosso sistema de *civil law* nem permitiria que fizéssemos essa assunção direta, pois ainda que se atribua efeito vinculante às decisões do STF, proferidas em controle abstrato de constitucionalidade, tanto essas decisões podem ser revertidas pela própria Corte,

tentativa de responder a questionamentos como: (i) o que o STF já decidiu sobre serviço público? Ao consolidar essas decisões, é possível montar um quadro jurídico-constitucional dos serviços públicos? Como seria este quadro?; (ii) há coerência nas decisões?; (iii) quais atividades foram consideradas serviços públicos?; (iv) o termo serviços públicos aparece na jurisprudência (e na Constituição) sempre com o mesmo sentido?; enfim, (v) o tema dos serviços públicos é constitucional e relevante para o STF?

Para tentar construir caminhos para responder a alguns dos questionamentos apresentados até aqui, o trabalho está organizado em três partes, cada qual voltada a um determinado momento da pesquisa. Na primeira parte, composta por cinco capítulos, pretende-se apresentar a pesquisa, isto é introduzir seu problema e estruturar uma base conceitual para todo o trabalho. A segunda parte, com quatro capítulos, é voltada ao desenvolvimento da pesquisa (especialmente da pesquisa jurisprudencial ora proposta), apresentando a delimitação do universo de pesquisa, a metodologia e o relato de seu desenvolvimento. Além disso, a segunda parte também apresentará a organização dos resultados, isto é, a preparação do resultado descritivo da compilação de dados que serão extraídos da análise jurisprudencial que fundamenta este trabalho.

Como o propósito aqui não se limita à descrição de resultados da análise jurisprudencial, partindo à obtenção de outras respostas a partir da rica base de dados que se pretende construir, a terceira parte, composta por quatro capítulos, se dedicará exclusivamente a esta finalidade. O ponto de partida será a apresentação, se possível, do panorama jurídico-constitucional dos serviços públicos, tentando responder questões desenvolvidas ou suscitadas ao longo do

quanto o Legislativo pode emendar a Constituição e pacificar o assunto. Fora isso, a jurisprudência da Corte possui diversos julgados (a maior parte do todo) no exercício do controle concreto de constitucionalidade ou, ainda, no exercício de outras competências jurisdicionais que a Constituição atribuiu ao STF, tornando a Corte um modelo próprio de jurisdição constitucional somada a diversas outras atribuições não comuns nos modelos de tribunais constitucionais europeus ou mesmo da Suprema Corte estadunidense (Moraes, 2000, pp. 219-223). A bem da verdade, pode-se dizer que sequer o sistema de *common law*, dotado do *stare decisis*, poderia assumir que o conjunto de decisões da Corte constitucional representa um quadro normativo rígido, dada a possibilidade de reversão das decisões pelo próprio Judiciário (Leal, 2006, pp. 127-129) – a questão reside no ônus de justificação para reversão das decisões.

trabalho. Por essas circunstâncias, este trabalho não pode ser compreendido como um resultado final de um projeto. É, ao invés, mais uma pequena contribuição para o estudo e diálogo sobre a jurisdição constitucional e o papel das Cortes constitucionais, com a proposta de utilizar uma perspectiva de análise fundada nos *outputs* do STF, ou seja, pretende-se estudar o Direito Constitucional a partir dos resultados de sua interpretação e aplicação realizadas pela Corte constitucional – é o direito instituído nas decisões do STF retroalimentando o próprio direito vigente. O trabalho também construiu um banco de dados com informações sobre todas as decisões aqui analisadas, outro passo inicial para novas pesquisas e cruzamentos de dados.

A inclinação da pesquisa, portanto, é para uma visão realista³⁵ da jurisprudência constitucional e os serviços públicos foram o tema escolhido para esta investigação. Portanto, não se trata de uma obra aprofundada na teoria dos serviços públicos. O tema de pesquisa, o núcleo constitucional escolhido para centralizar a pesquisa empírica, poderia ser outro, como a utilização de um direito fundamental específico (direito à vida, à igualdade, liberdade de reunião), um princípio selecionado, a utilização de um dispositivo ou artigo da Constituição Federal ou outra noção ou conceito cuja discussão seja interessante.

Os serviços públicos, no entanto, foram escolhidos por trazerem características interessantes para a pesquisa. Relevado o interesse pessoal do pesquisador pelo assunto e a curiosidade em compreender como a jurisprudência constitucional se comportava em face ao uso dos serviços públicos, a noção ainda beneficia a pesquisa por ser um tema de aplicação relativamente bem delimitada, que poderia estar presente em um número relevante de decisões da Corte, mas com um recorte de certo modo coerente. Por outro lado, a carga de valores que os serviços públicos carregam poderia dificultar a identificação de razões e fundamentos claros para as decisões proferidas pela Corte.

³⁵ Compreende-se o realismo jurídico – escola de longa data na tradição estadunidense – por ora, como sugerido por Roscoe Pound (1931). Ver também Osório (2008) e Nunes (2016).

XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo final deste trabalho foi reservado não para resumir toda a trajetória até aqui já descrita, mas para comentar esse difícil paradoxo dos serviços públicos, que podem caminhar para um desuso, mas se manter firmes na Constituição nas falas sobre o Direito. Não fossem tais serviços relevantes – ou, ao menos, se este pesquisador assim não os julgasse – este trabalho representaria perda inquestionável de tempo e esforços. Mas a compreensão de serviços públicos ainda é fundamental para o entendimento do Estado e, em especial, do Estado brasileiro.

Devemos reconhecer que os serviços públicos são, de forma geral, aceitos pela sociedade como aquelas atividades que julgamos essenciais, que queremos que o Estado nos garanta, seja porque meramente pensamos assim ou porque a própria Constituição nos sugeriu. A questão central é que esses serviços públicos carregam uma carga ideológica que opõe diametralmente alguns estudiosos e permite compreensões muito distintas sobre suas próprias bases e preceitos. É por isso, inclusive, que a tendência parece ser o enxugamento dos serviços públicos e seu contorno com outros critérios ou conceitos.

A carga ideológica que os serviços públicos carregam trazem o risco da instabilidade jurídica, pois as divergências são muitas. Esse até pode ser um motivo para não se aprofundar em demasia na discussão do serviço público no tribunal constitucional, já que o custo desse debate seria alto. Há exemplos de aprofundamentos em casos específicos, como o sempre mencionado caso dos Correios, mas vê-se que as consequências eram conhecidas e bem delimitadas. Como sugeriu Pound no trecho citado no início do capítulo anterior, talvez a melhor alternativa seja deixar o preciosismo conceitual de lado e buscar a solução jurídica dos problemas que afetam os serviços públicos de verdade. Criar limitações conceituais rígidas no Direito – especialmente nesse campo – pode se tornar mais um empecilho à garantia das prestações demandadas pela sociedade do que um meio de as garantir, como propõem aqueles que pregam pelo rigor terminológico.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho ajudou o autor a compreender e melhor enxergar como um instituto específico se comporta dentro da Suprema Corte Brasileira. O trabalho serviu como um destacamento de dentro da Corte e permitiu o entendimento mais profundo e esclarecedor da efetiva jurisprudência, o conjunto de julgados que, inevitavelmente, está relacionado e conectado pelo fio condutor, neste caso, dos serviços públicos. O experimento, no entanto, pode ser feito com outros institutos da Constituição ou de outras normas e poderá enriquecer bastante o estudo das Cortes e de seus respectivos comportamentos.

A pesquisa ainda gerou muitos outros dados e informações valiosas, boa parte delas aberta à consulta e pesquisa nos documentos anexos a este trabalho. O desejo é que este seja um material de princípio, viabilizando outras pesquisas e análises a partir do banco de dados ora construído, parte integrante da pesquisa e com grande valor de informações.

Sobre a atuação do STF, por fim, a pesquisa demonstrou que em relação aos serviços públicos está dividida entre os casos em que a Corte agiu e construiu alguma jurisprudência e os temas que deixou de atuar (deixou de decidir), preferindo relegar a tarefa de solucionar a divergência à sociedade. Em resumo, minha reflexão pessoal sobre a utilização dos serviços públicos pelo STF é a de que, por um lado, a opção por utilizar os serviços públicos como fundamento de uma decisão é uma escolha difícil e tomada, em regra, apenas quando estritamente necessária para configurar uma situação almejada pelo julgador. Os serviços públicos, pois, são utilizados como bengalas para apoiar entendimentos que não poderiam ser justificados sob outro manto. Por essa razão, inclusive, que a Saúde e a Educação apareceram pouco na pesquisa, já que outros mantos valorativos permitiam ao STF chegar à decisão almejada sem invocar os serviços públicos. Por outro lado, a Corte é eloquente ao também deixar de decidir sobre os serviços públicos. Em temas de grande repercussão, como leis gerais para setores considerados serviços públicos, o STF prefere não decidir ou postergar suas deliberações para que a sociedade crie meios próprios ou mesmo se adéque previamente ao comando do tribunal. Seja pelos impactos econômicos que, talvez, os Ministros não queiram assumir sozinhos a responsabilidade de tê-los criado ou mesmo pelo possível embate de valores e ideologias que a discussão sobre os

serviços públicos traz consigo, o STF decide não decidir em grandes temas dos serviços públicos. Esse é mais um exemplo do silêncio eloquente e bastante orientador da posição do tribunal (Poder Judiciário) perante temas antes ideológicos (políticos) que jurídicos.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, P. Pesquisa em Ciências Sociais. In: HIRANO, S. **Pesquisa Social. Projeto e Planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 21-88.
- AGUILLAR, F. H. **Controle Social de Serviços Públicos**. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ANDERSON IV, R.; TAHK, A. M. Institutions and Equilibrium in the United States Supreme Court. **The American Political Science Review**, v. 101, n. 4, p. 811-825, Nov. 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27644486>>.
- ANDERSON, W. H. The Supreme Court and Recent Public Utility Valuation Theory. **The Journal of Land & Public Utility Economics**, v. 21, n. 1, p. 12-22, Fev 1945.
- ARAGÃO, A. S. D. **Direito dos serviços públicos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- ATALIBA, G. **Hipótese de incidência tributária**. 6ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- BACHOF, O. **Normas constitucionais inconstitucionais?** Coimbra: Almedina, 2008.
- BADIN, A. S. **Controle judicial das políticas públicas: contriuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar**. São Paulo: Malheiros, 2013.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Natureza e regime jurídico das autarquias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Prestação de serviços públicos e administração indireta**. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. 26ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- BANDEIRA DE MELLO, O. A. **Princípios Gerais de Direito Administrativo**. 2ª. ed. São Paulo: Malheiros, v. 1: Introdução, 2007.
- BARATA, R. S. A mutação constitucional e o STF. In: VOJVODIC, A., et al. **Jurisdição constitucional no Brasil**. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 386-404.
- BARROSO, L. R. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. Especial, p. 23-50, 2015.
- BAUER, J. Important public utility decisions by the Supreme Court and their public implications. **The Journal of land & popular utility economics**, v. 14, n. 1, p. 1-9, Fev 1938.

- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 22ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BUCCI, M. P. D. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAPPELLETTI, M. **A Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado**. 2ª. ed. Porto Alegre: Fabris, 1999.
- CARRAZZA, R. A. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 24ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CARVALHO, V. M. D. **O Direito do Saneamento Básico - Coleção Direito Econômico e Desenvolvimento**. São Paulo: Quartier Latin, v. 1, 2010.
- CLAYTON, C. W. The Supreme Court and Political Jurisprudence: new and old institutionalism. In: CLAYTON, C. W.; GILLMAN, H. **Supreme Court Decision-Making: New Institutional Approaches**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- COASE, R. H. The nature of the Firm. In: COASE, R. H. **The Firm, the Market and the Law**. Chicago: The Chicago University Press, 1988. p. 33-56.
- COASE, R. H. The problem of social cost. In: COASE, R. H. **The Firm, the Market and the Law**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. p. 95-156.
- COMPARATO, F. K. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. In: BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Estudos em Homenagem a Geraldo Ataliba: Direito Administrativo e Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 343-369.
- CONRADO, R. D. S. **Serviços Públicos à brasileira: fundamentos jurídicos, definição e aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- COOTER, R.; ULEN, T. **Direito & Economia**. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- COUTINHO, D. R. **Direito, Desigualdade e Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DAL POZZO, A. N. **Aspectos fundamentais do serviço público no direito brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.
- DUGUIT, L. **Las Transformaciones del Derecho Público y Privado**. Granada: Comares, 2007.
- DURKHEIM, E. **De la división del trabajo social**. 2ª. ed. Buenos Aires: Schapire, 1967.
- DWORKIN, R. Equality, Democracy, and Constitution: we the people in court. **Alberta Law Review**, Alberta, v. XXVIII, No. 2, p. 324-346, 1989-1990.
- DWORKIN, R. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EPSTEIN, L.; GEORGE, T. E. On the Nature of Supreme Court Decision Making. **The American Political Science Review**, v. 86, n. 2, p. 323-337, Jun. 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1964223>>.

FARIA, J. E. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERREIRA FILHO, M. G. **Comentários à Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

GORDILLO, A. **Tratado de Derecho Administrativo**. 5ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, v. 2, 2003.

GRAU, E. R. **Direito, conceitos e normas jurídicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

GRAU, E. R. Constituição e serviço público. In: GRAU, E. R.; GUERRA FILHO, W. S. **Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 249-267.

GRAU, E. R. **Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito**. 4ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GRAU, E. R. **A Odem Econômica na Constituição de 1988**. 13ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GROTTI, D. A. M. **O serviço público e a Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2003.

HARTMANN, I. A.; CHADA, D. A Razão sem Condições de Qualidade. In: VILHENA, O. **Coletânea Organizada pela FGV Direito São Paulo com trabalhos que discutem o artigo "A Razão Sem Voto: O Supremo Tribunal Federal e o Governo da Maioria"**, de Luís Roberto Barroso. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2689294>>.

HAURIOU, M. **A teoria da Instituição e da Fundação: ensaio de vitalismo social**. Porto Alegre: [s.n.], 2009.

HOENNIGE, C. et al. Veto Players, Veto Bargaining and Constitutional Courts: Theoretical Considerations and Empirical Lessons. **Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2739927> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2739927>**, Feb 2016.

HOLMES, O. W. The path of the law. **Harvard Law Review**, v. 457, n. 10, 1897.

HOLMES, S.; SUNSTEIN, C. R. **The cost of rights: why liberty depends on taxes**. Nova Iorque: Norton & Company, 1999.

JÈZE, G. **Principios Generales des Derecho Administrativo**. Buenos Aires: Depalma, v. II-1, 1949.

JUSTEN FILHO, M. Serviço público no direito brasileiro. In: AUTORES, V. **Curso de direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, v. I, 2006. p. 375-407.

JUSTEN, M. S. **A noção de serviço público no direito europeu**. São Paulo: Dialética, 2003.

KATZ, D. M.; BOMMARITO, M. J.; BLACKMAN, J. Predicting the Behavior of the Supreme Court of the United States: A General Approach, 21 Julho 2014. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2463244>>. Acesso em: 2016.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEAL, R. S. **O efeito vinculante na jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIM, B. Y. An Empirical Analysis of Supreme Court Justices' Decision Making. **The Journal of Legal Studies**, v. 29, n. 2, p. 721-752, Jun. 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/468091>>.

LIMA, C. M. M. A. **Regime jurídico dos portos marítimos**. São Paulo: Verbatim, 2011.

LIMA, R. C. **Princípios de Direito Administrativo**. 7ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

LOEVINGER, L. Jurimetrics: The Methodology of Legal Inquiry. **Law and Contemporary Problems**, v. 28, n. 1, p. 5-35, 1963. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1190721>>.

LOEWENSTEIN, K. **Teoría de la Constitución**. 2ª. ed. Barcelona: Ariel, 1979.

MALTZMAN, F.; SPRIGGS II, J. F.; WAHLBECK, P. J. Strategy and Judicial Coice: New Institutional Approaches to Supreme Court Decision-Making. In: CAYTON, C. W.; GILLMAN, H. **Supreme Court Decision-Making: New Institutional Approaches**. Chicago: The university of Chicago Press, 1999. p. 43-63.

MARQUES NETO, F. D. A. Direito das Telecomunicações e ANATEL. In: SUNDFELD, C. A. **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 300-316.

MASCARENHAS, R. T. D. A. **Direito das Telecomunicações**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MEDAUAR, O. Serviço Público. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 189, p. 100-113, Jul-Set. 1992.

MENDELSON, W. The Untroubled World of Jurimetrics. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 914-922, Nov. 1964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2128233>>.

MENDELSON, W. An Open Letter to Professor Spaeth and his Jurimetrical Colleagues. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 28, n. 2, p. 429-432, May 1966. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2127558>>.

MENDES, C. H. **Controle de constitucionalidade e democracia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MENDES, C. H. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, C. H. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MENDES, G. F. O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 162, p. 149-168, Abr-Jun 2004.

MENDES, G. F. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional - 2002-2010**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional**. 3ª. ed. Coimbra: Coimbra, v. II, 1996.

MONTEIRO, J. V. **Lições de Economia Constitucional Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MORAES, A. D. **Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais; Garantia suprema da constituição**. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, A. D. **Direito Constitucional**. 23ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. São Paulo: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, A. J. A.; SCAFF, F. F. **Os Tribunais e o Direito à Saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

NUNES, M. G. **Jurimetria aplicada ao direito societário: um estudo estatístico da dissolução de sociedade no Brasil**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à PUC/SP, 2012.

NUNES, M. G. **Jurimetria: como a estatística pode reinventar o Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

OSMO, C. **O realismo jurídico norte-americano: uma reflexão sobre a vinculação do juiz constitucional ao direito positivo**. São Paulo: Tese de Doutorado defendida na PUC/SP, 2008.

OST, F. **O tempo do direito**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, A. C.; SADDI, J. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

POSNER, R. A. **How Judges Think**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

POUND, R. The call for a Realist Jurisprudence. **Harvard Law Review**, v. 44, n. 5, p. 697-711, Mar 1931. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1331791>>.

RAMOS, E. D. S. **Ativismo Judicial: parâmetros dogmáticos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

- REALE, M. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- REALE, M. **O direito como experiência**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- REALE, M. **O Direito como Experiência**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RICHARDS, M. J.; KRITZER, H. M. Jurisprudential Regimes in Supreme Court Decision Making. **The American Political Science Review**, v. 96, n. 2, p. 305-320, Jun. 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3118027>>.
- ROSENBAUM, I. S.; LILIENTHAL, D. National Courts and Local Utilities. **The Journal of Land & Public Utility Economics**, v. 4, n. 3, p. 318-320, Ago 1928.
- SALAMA, B. M. **Direito e economia: textos escolhidos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SANDEL, M. J. **Justiça - O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SARLET, I. W. **A eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SCAFF, F. F. Direito à Saúde e os Tribunais. In: NUNES, A. J. A.; SCAFF, F. F. **Os Tribunais e o Direito à Saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. Cap. II, p. 73-135.
- SCHUBERT, G. Behavioral Jurisprudence. **Law & Society Review**, v. 2, n. 3, p. 407-428, May 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3052896>>.
- SCHUBERT, G. Subcultural Effects on Judicial Behavior: A Comparative Analysis. **The Journal of Politics**, v. 42, n. 4, p. 951-992, Nov. 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2130733>>.
- SCHWARTZ, B. **A History of the Supreme Court**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- SHAPIRO, C. Coding Complexity: Bringing Law to the Empirical Analysis of the Supreme Court. **Hastings Law Journal**, v. 60, p. 477-540, Maio 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=998639>>.
- SILVA, J. A. D. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- SILVA, V. A. D. **Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. São Paulo: Malheiros, 2009.
- SOUTO, M. J. V. **Desestatização, privatização, concessões e terceirizações**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- SOUZA, R. P. D. Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal (STF). In: CUNHA, A. D. S.; SILVA, P. E. A. D. **Pesquisa empírica em direito**. Ribeirão Preto: Ipea, 2013. p. 387-404.

SUNDFELD, C. A. Introdução às Agências Reguladoras. In: SUNDFELD, C. A. **Direito Administrativo Econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006. Cap. 2, p. 17-38.

SUNDFELD, C. A. Introdução às Agências Reguladoras. In: SUNDFELD, C. A. **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006. Cap. 2, p. 17-38.

TÁCITO, C. **Temas de direito público**: (estudos e pareceres). Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

ULMER, S. S. Dissent Behavior and the Social Background of Supreme Court Justices. **The Journal of Politics**, v. 32, n. 3, p. 580-598, Aug. 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2128832>>.

VENÂNCIO FILHO, A. **A intervenção do estado no domínio econômico**: o direito público econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VIEIRA, O. V. Supremocracia. **Revista Direito GV**, São Paulo, Jul-Dez 2008. 441-464.

VOJVODIC, A. D. M. **Nos labirintos do STF**: em busca do conceito de serviço público. São Paulo: Monografia apresentada na Sociedade Brasileira de Direito Público, 2006.

WALDRON, J. The Core of the Case Against Judicial Review. **The Yale Law Journal**, v. 115, p. 1346-1406, 2006.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. Nova Iorque: Free Press, 1985.

ANEXO I – BANCO DE ACÓRDÃOS

	Processo	Número Processo	MC	Recurso	Estado	Relator	Publicação Julgamento	Autor medida
1	Recurso Extraordinário	974496	Não	Não	SP	Aldir Passarinho	16/06/1989	GESP - Guia Endereços da Cidade de São Paulo
2	Recurso Extraordinário	117809	Não	Questão de Ordem	PR	Sepúlveda Pertence	04/08/1989	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
3	Mandado de Segurança	20864	Não	Não	DF	Carlos Madeira	04/08/1989	Wanderley Carlos do Nascimento e outros
4	Recurso Extraordinário	115527	Não	Não	DF	Octaviano Gallotti	25/08/1989	União
5	Recurso Extraordinário	113729	Não	Não	RJ	Moreira Alves	25/08/1989	Daysy Miguel Nogueira e outros
6	Recurso em Mandado de Segurança	20975	Não	Não	RJ	Sepúlveda Pertence	15/09/1989	Carmen Lúcia Andrade de Montesinos
7	Recurso Extraordinário	114352	Não	Não	ES	Sydney Sanches	15/09/1989	Estado do Espírito Santo
8	Recurso Extraordinário	116481	Não	Não	RS	Célio Borja	20/10/1989	Estado do Rio Grande do Sul
9	Ação Direta de Inconstitucionalidade	94	Sim	Não	RO	Octaviano Gallotti	27/10/1989	Governador do Estado de Rondônia
10	Mandado de Segurança	20947	Não	Não	DF	Paulo Brossard	10/11/1989	João Luciano de Lucena
11	Ação Direta de Inconstitucionalidade	250	Sim	Não	RJ	Sydney Sanches	15/06/1990	Governador do Estado do Rio de Janeiro
12	Ação Direta de Inconstitucionalidade	286	Sim	Não	DF	Paulo Brossard	22/06/1990	Governador do Estado de Rondônia
13	Recurso Extraordinário	119428	Não	Não	MS	Aldir Passarinho	03/08/1990	CESP - Companhia Energética de São Paulo
14	Recurso em Mandado de Segurança	21186	Não	Não	DF	Marco Aurélio	24/05/1991	João Bressane de Azevedo Neto e outros
15	Ação Direta de Inconstitucionalidade	376	Sim	Não	DF	Aldir Passarinho	28/06/1991	Governador do Estado de Rondônia
16	Recurso Extraordinário	107411	Não	Não	CE	Ilmar Galvão	27/09/1991	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS
17	Ação Direta de Inconstitucionalidade	567	Sim	Não	DF	Ilmar Galvão	04/10/1991	Procurador-Geral da República
18	Ação Direta de Inconstitucionalidade	83	Não	Não	MG	Sepúlveda Pertence	18/10/1991	Governador do Estado de Minas Gerais
19	Recurso Extraordinário	119011	Não	Não	BA	Ilmar Galvão	06/12/1991	Ministério Público Federal
20	Mandado de Segurança	21325	Não	Não	DF	Octaviano Gallotti	13/12/1991	Gustavo Terto da Silva
21	Ação Direta de Inconstitucionalidade	309	Sim	Não	DF	Sydney Sanches	14/02/1992	Partido dos Trabalhadores - PT
22	Recurso Extraordinário	140784	Não	Não	MA	Ilmar Galvão	28/02/1992	Maria Alba Maia Correia e outros

23	Mandado de Segurança	21280	Não	Não	DF	Octaviano Gallotti	20/03/1992	Ricardo Justiniano
24	Ação Direta de Inconstitucionalidade	433	Não	Questão de Ordem	DF	Moreira Alves	20/03/1992	Federação Nacional das Associações de Servidores da Justiça do Trabalho e outros
25	Recurso Extraordinário	120932	Não	Não	RS	Sepúlveda Pertence	30/04/1992	Companhia Geral de Indústria
26	Suspensão de Segurança	284	Não	Agravo Regimental	DF	Néri da Silveira	30/04/1992	Cláudio Antonio Guerra
27	Suspensão de Segurança	300	Não	Agravo Regimental	DF	Néri da Silveira	30/04/1992	Waldemar Machado de Barros
28	Ação Direta de Inconstitucionalidade	126	Não	Não	RO	Octaviano Gallotti	05/06/1992	Governador do Estado de Rondônia
29	Ação Direta de Inconstitucionalidade	708	Não	Não	DF	Moreira Alves	07/08/1992	Procurador-Geral da República
30	Ação Direta de Inconstitucionalidade	717	Não	Não	AC	Ilmar Galvão	21/08/1992	Governador do Estado do Acre
31	Ação Direta de Inconstitucionalidade	749	Sim	Não	CE	Marco Aurélio	11/09/1992	Governador do Estado do Ceará
32	Ação Direta de Inconstitucionalidade	513	Não	Não	DF	Célio Borja	30/10/1992	Partido Democrático Trabalhista - PDT
33	Ação Direta de Inconstitucionalidade	127	Sim	Questão de Ordem	AL	Celso de Mello	04/12/1992	Governador do Estado de Alagoas
34	Recurso Extraordinário	130213	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	23/04/1993	Estado de São Paulo
35	Mandado de Segurança	21579	Não	Não	DF	Francisco Rezek	30/04/1993	Guilherme Augusto da Silva Carmo Trotta
36	Ação Direta de Inconstitucionalidade	101	Não	Não	MG	Carlos Velloso	07/05/1993	Governador do Estado de Minas Gerais
37	Suspensão de Segurança	537	Não	Agravo Regimental	SC	Octaviano Gallotti	06/08/1993	SINTESPE - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina
38	Ação Direta de Inconstitucionalidade	51	Não	Não	RJ	Paulo Brossard	17/09/1993	Procurador-Geral da República
39	Ação Direta de Inconstitucionalidade	97	Não	Não	RO	Moreira Alves	22/10/1993	Governador do Estado de Rondônia
40	Mandado de Segurança	21542	Não	Não	DF	Néri da Silveira	03/12/1993	Maria de Lourdes Schmidt de Andrade
41	Ação Direta de Inconstitucionalidade	118	Sim	Não	PR	Néri da Silveira	03/12/1993	Governador do Estado do Paraná
42	Ação Direta de Inconstitucionalidade	914	Sim	Não	DF	Sydney Sanches	11/03/1994	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - CONDSEF
43	Suspensão de Segurança	487	Não	Agravo Regimental	AM	Octaviano Gallotti	08/04/1994	Euripedes Ferreira Lins e outros
44	Ação Direta de Inconstitucionalidade	248	Não	Não	RJ	Celso de Mello	08/04/1994	Governador do Estado do Rio de Janeiro
45	Mandado de Injunção	347	Não	Não	SC	Néri da Silveira	08/04/1994	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal em Santa Catarina

46	Recurso Extraordinário	172816	Não	Não	RJ	Paulo Brossard	13/05/1994	Estado do Rio de Janeiro
47	Agravo de Instrumento	153192	Não	Agravo Regimental	RJ	Paulo Brossard	13/05/1994	Estado do Rio de Janeiro
48	Ação Direta de Inconstitucionalidade	774	Sim	Não	RS	Celso de Mello	05/08/1994	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
49	Mandado de Segurança	21029	Não	Não	DF	Celso de Mello	23/09/1994	João Assis Carvalho
50	Recurso em Mandado de Segurança	21045	Não	Não	DF	Celso de Mello	30/09/1994	Hugo de Souza Guedes e outros
51	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1141	Sim	Não	GO	Sepúlveda Pertence	04/11/1994	Procurador-Geral da República
52	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1120	Sim	Não	PA	Carlos Velloso	04/11/1994	Associação Nacional dos Procuradores de Estado - ANAPE
53	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1188	Sim	Não	DF	Marco Aurélio	20/04/1995	Procurador-Geral da República
54	Recurso Extraordinário	136905	Não	Não	SP	Carlos Velloso	20/04/1995	Estado de São Paulo
55	Mandado de Injunção	438	Não	Não	GO	Néri da Silveira	16/06/1995	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - SINTEGO
56	Recurso Extraordinário	178806	Não	Não	RJ	Carlos Velloso	30/06/1995	João Sebastião Vieira e outro
57	Mandado de Segurança	21961	Não	Não	ES	Francisco Rezek	05/08/1995	José Pagotto Petronetto
58	Agravo de Instrumento	170741	Não	Agravo Regimental	SC	Maurício Corrêa	25/08/1995	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
59	Mandado de Segurança	21236	Não	Não	DF	Sydney Sanches	25/08/1995	Alair de Freitas Silva e outros
60	Recurso Extraordinário	166943	Não	Não	PR	Moreira Alves	04/09/1995	N/I
61	Recurso Extraordinário	140779	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	08/09/1995	Prefeitura Municipal de Santo André
62	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1070	Sim	Não	MS	Celso de Mello	15/09/1995	Governador do Estado do Mato Grosso do Sul
63	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1251	Sim	Não	MG	Celso de Mello	22/09/1995	Procurador-Geral da República
64	Recurso Extraordinário	162933	Não	Não	RS	Ilmar Galvão	22/09/1995	União
65	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1096	Sim	Não	RS	Celso de Mello	22/09/1995	Partido Socialista Brasileiro
66	Recurso Extraordinário	140897	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	29/09/1995	Estado de São Paulo
67	Recurso Extraordinário	172531	Não	Não	SC	Ilmar Galvão	29/09/1995	Estado de Santa Catarina
68	Ação Originária	264	Não	Não	SC	Maurício Corrêa	13/10/1995	Estado de Santa Catarina
69	Mandado de Segurança	22120	Não	Não	PA	Marco Aurélio	24/11/1995	Jesuino Silva Brito
70	Ação Originária	293	Não	Não	SC	Maurício Corrêa	24/11/1995	Estado de Santa Catarina
71	Ação Originária	280	Não	Não	SC	Maurício Corrêa	24/11/1995	Amarildo de Farias e outros

72	Recurso em Mandado de Segurança	22063	Não	Não	RJ	Maurício Corrêa	07/12/1995	José Zelman
73	Mandado de Segurança	21948	Não	Não	RJ	Néri da Silveira	07/12/1995	Luiz Mendes Filho
74	Ação Originária	317	Não	Não	SC	Maurício Corrêa	15/12/1995	Estado de Santa Catarina
75	Agravo de Instrumento	139807	Não	Agravo Regimental	SP	Moreira Alves	02/02/1996	CESP - Companhia Energética de São Paulo
76	Recurso Extraordinário	190364	Não	Não	DF	Sydney Sanches	01/03/1996	Ministério Público do Trabalho e outros
77	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1182	Sim	2ª Medida Cautelar	DF	Francisco Rezek	10/05/1996	Governador do Distrito Federal
78	Ação Originária	299	Não	Não	SC	Maurício Corrêa	14/06/1996	Estado de Santa Catarina
79	Recurso Extraordinário	109615	Não	Não	RJ	Celso de Mello	02/08/1996	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
80	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1329	Sim	Não	AL	Celso de Mello	20/09/1996	Governador do Estado de Alagoas
81	Recurso Extraordinário	153523	Não	Não	RS	Paulo Brossard	20/09/1996	Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul - CEERS
82	Recurso Extraordinário	197174	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	27/09/1996	Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Município de Osasco
83	Mandado de Segurança	22055	Não	Não	RS	Carlos Velloso	18/10/1996	Ornelio Machado e outro
84	Recurso Extraordinário	169226	Não	Não	SC	Ilmar Galvão	22/11/1996	Estado de Santa Catarina
85	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1434	Sim	Não	SP	Celso de Mello	22/11/1996	Governador do Estado de São Paulo
86	Ação Direta de Inconstitucionalidade	449	Não	Não	DF	Carlos Velloso	22/11/1996	Procurador-Geral da República
87	Recurso Extraordinário	140278	Não	Não	CE	Sydney Sanches	22/11/1996	Prefeitura Municipal de Fortaleza
88	Mandado de Injunção	20	Não	Não	DF	Celso de Mello	22/11/1996	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
89	Recurso Extraordinário	120133	Não	Não	MG	Maurício Corrêa	29/11/1996	Prefeito Municipal de Congonhal
90	Recurso Extraordinário	130755	Não	Não	SP	Carlos Velloso	13/12/1996	Estado de São Paulo
91	Recurso Extraordinário	173682	Não	Não	SP	Sydney Sanches	19/12/1996	Município de São Paulo
92	Recurso Extraordinário	163715	Não	Não	PA	Maurício Corrêa	19/12/1996	Estado do Pará
93	Agravo de Instrumento	182487	Não	Agravo Regimental	PR	Carlos Velloso	07/02/1997	Estado do Paraná
94	Recurso Extraordinário	179530	Não	Não	SC	Ilmar Galvão	07/02/1997	Estado de Santa Catarina
95	Recurso Extraordinário	167635	Não	Não	PA	Maurício Corrêa	07/02/1997	Estado do Pará
96	Recurso Extraordinário	181715	Não	Não	SP	Marco Aurélio	07/02/1997	Câmara Municipal de São José do Rio Preto e outros

97	Recurso Extraordinário	205500	Não	Não	DF	Carlos Velloso	07/03/1997	Distrito Federal
98	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1378	Sim	Não	ES	Celso de Mello	30/05/1997	Procurador-Geral da República
99	Recurso em Mandado de Segurança	22717	Não	Não	DF	Ilmar Galvão	13/06/1997	Valtercides Assis Avanci e outros
100	Ação Direta de Inconstitucionalidade	929	Sim	Não	DF	Néri da Silveira	20/06/1997	Partido Socialista Brasileiro
101	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1582	Sim	Não	DF	Marco Aurélio	27/06/1997	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
102	Recurso Extraordinário	157214	Não	Não	PA	Francisco Rezek	20/07/1997	Estado do Pará
103	Recurso Extraordinário	183180	Não	Não	DF	Octaviano Gallotti	01/08/1997	União
104	Recurso Extraordinário	191532	Não	Não	SP	Sepúlveda Pertence	29/08/1997	Município de Jaboticabal
105	Recurso Extraordinário	145038	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	12/09/1997	Estado de São Paulo
106	Ação Direta de Inconstitucionalidade	326	Não	Não	SP	Paulo Brossard	19/09/1997	Governador do Estado de São Paulo
107	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1326	Não	Não	SC	Carlos Velloso	26/09/1997	Confederação Nacional das Profissões Liberais
108	Recurso Extraordinário	139631	Não	Não	SP	Sydney Sanches	03/10/1997	Francisco Pereira Viana Neto
109	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1500	Sim	Não	ES	Carlos Velloso	17/10/1997	Procurador-Geral da República
110	Ação Direta de Inconstitucionalidade	183	Não	Não	MT	Sepúlveda Pertence	31/10/1997	Procurador-Geral da República
111	Ação Direta de Inconstitucionalidade	98	Não	Não	MT	Sepúlveda Pertence	31/10/1997	Procurador-Geral da República
112	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1567	Sim	Não	DF	Sydney Sanches	07/11/1997	Partido Democrático Trabalhista - PDT
113	Recurso em Mandado de Segurança	22845	Não	Não	DF	Ilmar Galvão	05/12/1997	Baltasar Ventura Pinto e outros
114	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1664	Sim	Não	DF	Octaviano Gallotti	19/12/1997	Partido Democrático Trabalhista - PDT
115	Habeas Corpus	75601	Não	Não	RJ	Maurício Corrêa	13/02/1998	Luiz Alberto Fontoura Barbosa
116	Recurso Extraordinário	179147	Não	Não	SP	Carlos Velloso	27/02/1998	Estado de São Paulo
117	Recurso Extraordinário	195767	Não	Não	SP	Maurício Corrêa	27/02/1998	Marcio Rodrigues e outros
118	Recurso Extraordinário	181883	Não	Não	CE	Maurício Corrêa	27/02/1998	Estado do Ceará
119	Recurso Extraordinário	209714	Não	Não	RS	Ilmar Galvão	20/03/1998	Raul Lahude e outros
120	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1552	Sim	Não	DF	Carlos Velloso	17/04/1998	Confederação Nacional das Profissões Liberais
121	Recurso Extraordinário	187723	Não	Não	RS	Sydney Sanches	08/05/1998	Estado do Rio Grande do Sul
122	Ação Direta de Inconstitucionalidade	797	Não	Não	DF	Marco Aurélio	07/08/1998	Confederação Democrata dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e outros

123	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1695	Sim	Não	PR	Maurício Corrêa	07/08/1998	Governador do Estado do Paraná
124	Recurso Extraordinário	205535	Não	Agravo Regimental	RS	Marco Aurélio	14/08/1998	Estado do Rio Grande do Sul
125	Recurso Extraordinário	185659	Não	Não	DF	Ilmar Galvão	21/08/1998	Francisca da Silva Santos
126	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1707	Sim	Não	MT	Moreira Alves	16/10/1998	Procurador-Geral da República
127	Recurso Extraordinário	231580	Não	Não	RN	Carlos Velloso	23/10/1998	Vera Lúcia Bezerra da Silva Lira e outros
128	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1583	Sim	Questão de Ordem	RJ	Néri da Silveira	13/11/1998	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
129	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1583	Sim	Não	RJ	Néri da Silveira	13/11/1998	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
130	Recurso Extraordinário	218402	Não	Não	MG	Carlos Velloso	27/11/1998	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
131	Recurso Extraordinário	221946	Não	Não	DF	Sydney Sanches	26/02/1999	Célia Marta Brandão dos Santos
132	Recurso Extraordinário	239591	Não	Não	MG	Carlos Velloso	09/04/1999	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
133	Agravo de Instrumento	161860	Não	Agravo Regimental	RS	Sydney Sanches	09/04/1999	Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
134	Agravo de Instrumento	231432	Não	Agravo Regimental	PA	Marco Aurélio	13/04/1999	Caixa Econômica Federal
135	Recurso Extraordinário	206777	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	30/04/1999	Município de Santo André
136	Recurso Extraordinário	209483	Não	Não	RN	Ilmar Galvão	30/04/1999	União
137	Recurso Extraordinário	170204	Não	Não	SP	Marco Aurélio	14/05/1999	Estado de São Paulo
138	Recurso Extraordinário	187229	Não	Não	PA	Marco Aurélio	14/05/1999	União
139	Recurso Extraordinário	232026	Não	Não	DF	Ilmar Galvão	14/05/1999	José Marçal Leandro Filho
140	Recurso Extraordinário	226224	Não	Não	SC	Sydney Sanches	21/05/1999	Mariza Prado Muller Reche
141	Ação Direta de Inconstitucionalidade	549	Não	Não	DF	Carlos Velloso	11/06/1999	Procurador-Geral da República
142	Recurso Extraordinário	168566	Não	Não	RS	Carlos Velloso	18/06/1999	Irani Mariani
143	Agravo de Instrumento	209782	Não	Agravo Regimental	SP	Nelson Jobim	18/06/1999	Auto Viação Urubupungá Ltda.
144	Recurso em Mandado de Segurança	22789	Não	Não	RJ	Moreira Alves	25/06/1999	Leopoldo Gutemberg de Andrade e outros
145	Recurso Extraordinário	181475	Não	Não	RS	Carlos Velloso	25/06/1999	SETCERGS - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga no Estado do Rio Grande do Sul
146	Recurso Extraordinário	206711	Não	Não	RJ	Moreira Alves	25/06/1999	Auto Viação Bangu Ltda.
147	Recurso Extraordinário	221957	Não	Não	MG	Ilmar Galvão	25/06/1999	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

148	Recurso Extraordinário	214569	Não	Não	MG	Ilmar Galvão	13/08/1999	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais - SINDUSCON/MG
149	Recurso Extraordinário	248064	Não	Agravo Regimental	DF	Maurício Corrêa	20/08/1999	União
150	Agravo de Instrumento	218323	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	17/09/1999	Estado de São Paulo
151	Recurso em Mandado de Segurança	23333	Não	Não	DF	Maurício Corrêa	21/09/1999	Iara Collaço Paiva
152	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1942	Sim	Não	PA	Moreira Alves	22/10/1999	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
153	Recurso Extraordinário	233784	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	12/11/1999	Heitor Regina e outros
154	Agravo de Instrumento	249043	Não	Agravo Regimental	PE	Moreira Alves	26/11/1999	Ilka Eliane de Souza
155	Recurso Extraordinário	248534	Não	Agravo Regimental	SP	Néri da Silveira	17/12/1999	José Márcio Pereira
156	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1827	Não	Não	SP	Néri da Silveira	17/12/1999	Partido dos Trabalhadores - PT
157	Ação Direta de Inconstitucionalidade	249	Não	Não	RJ	Néri da Silveira	17/12/1999	Governador do Estado do Rio de Janeiro
158	Recurso Extraordinário	238728	Não	Agravo Regimental	PB	Sydney Sanches	04/02/2000	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
159	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1977	Sim	Não	PB	Sydney Sanches	11/02/2000	Governador do Estado da Paraíba
160	Ação Direta de Inconstitucionalidade	462	Não	Não	BA	Moreira Alves	18/02/2000	Governador do Estado da Bahia
161	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2040	Não	Não	PR	Maurício Corrêa	25/02/2000	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
162	Recurso Extraordinário	251773	Não	Agravo Regimental	DF	Maurício Corrêa	17/03/2000	União
163	Ação Direta de Inconstitucionalidade	948	Não	Não	GO	Francisco Rezek	17/03/2000	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
164	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1778	Sim	Não	MG	Nelson Jobim	31/03/2000	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
165	Recurso Extraordinário	213965	Não	Agravo Regimental	SP	Néri da Silveira	07/04/2000	Estado de São Paulo
166	Agravo de Instrumento	260125	Não	Agravo Regimental	RS	Néri da Silveira	19/05/2000	Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
167	Recurso Extraordinário	158396	Não	Não	SP	Moreira Alves	16/06/2000	Estado de São Paulo
168	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1591	Sim	Não	RS	Octaviano Gallotti	16/06/2000	Partido dos Trabalhadores - PT
169	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1591	Não	Não	RS	Octaviano Gallotti	30/06/2000	Partido dos Trabalhadores - PT
170	Recurso Extraordinário	106614	Não	Não	MG	Sepúlveda Pertence	04/08/2000	Escolta Coelho Ltda.
171	Recurso Extraordinário	220486	Não	Agravo Regimental	RS	Maurício Corrêa	04/08/2000	Estado do Rio Grande do Sul

172	Agravo de Instrumento	265153	Não	Agravo Regimental	SP	Maurício Corrêa	08/09/2000	Município de São Manuel
173	Recurso Extraordinário	254814	Não	Agravo Regimental	RJ	Maurício Corrêa	08/09/2000	Diogo de Mello Menezes e outros
174	Recurso Extraordinário	218061	Não	Não	SP	Carlos Velloso	08/09/2000	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
175	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1772	Sim	Não	MG	Carlos Velloso	08/09/2000	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
176	Agravo de Instrumento	266869	Não	Agravo Regimental	RJ	Nelson Jobim	15/09/2000	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A
177	Agravo de Instrumento	256057	Não	Agravo Regimental	CE	Marco Aurélio	27/09/2000	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE
178	Agravo de Instrumento	273964	Não	Agravo Regimental	SP	Néri da Silveira	29/09/2000	Estado de São Paulo
179	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2125	Sim	Não	DF	Maurício Corrêa	29/09/2000	Partido dos Trabalhadores - PT
180	Agravo de Instrumento	272035	Não	Agravo Regimental	PA	Marco Aurélio	24/11/2000	Caixa Econômica Federal
181	Recurso Extraordinário	234605	Não	Não	RJ	Ilmar Galvão	01/12/2000	Município do Rio de Janeiro
182	Recurso Extraordinário	209365	Não	Não	SP	Carlos Velloso	07/12/2000	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
183	Recurso Extraordinário	245200	Não	Agravo Regimental	SP	Maurício Corrêa	02/03/2001	Lenir Bilhora da Rocha
184	Ação Direta de Inconstitucionalidade	242	Não	Não	RJ	Paulo Brossard	23/03/2001	Governador do Estado do Rio de Janeiro
185	Recurso Extraordinário	221250	Não	Agravo Regimental	RJ	Ellen Gracie	06/04/2001	Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP
186	Recurso Extraordinário	201595	Não	Não	SP	Marco Aurélio	20/04/2001	Estado de São Paulo
187	Recurso Extraordinário	241757	Não	Agravo Regimental	MA	Maurício Corrêa	24/04/2001	Associação dos Deficientes Auditivos do Maranhão - ADAMA
188	Recurso Extraordinário	237412	Não	Não	CE	Marco Aurélio	27/04/2001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
189	Recurso Extraordinário	248282	Não	Não	SC	Marco Aurélio	27/04/2001	Município de Imaruí
190	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2063	Sim	Não	RS	Néri da Silveira	27/04/2001	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
191	Agravo de Instrumento	268857	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	04/05/2001	Makro Atacadista S/A
192	Reclamação	1460	Não	Agravo Regimental	PA	Moreira Alves	18/05/2001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
193	Mandado de Segurança	23246	Não	Não	BA	Marco Aurélio	18/05/2001	Doraci Lobo dos Santos Sampaio

194	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1155	Sim	Não	DF	Marco Aurélio	18/05/2001	Confederação Nacional da Indústria
195	Habeas Corpus	71631	Não	Não	MG	Celso de Mello	18/05/2001	Denio Cipriano Justino
196	Recurso Extraordinário	188391	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	01/06/2001	Aires Fernandino Barreto e outros
197	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1808	Sim	Não	AM	Sydney Sanches	01/06/2001	Governador do Estado do Amazonas
198	Recurso Extraordinário	107337	Não	EDv (Embargos de Divergência)	RJ	Ilmar Galvão	08/06/2001	Viação N. S. de Lourdes S/A e outros
199	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1127	Sim	Não	DF	Paulo Brossard	29/06/2001	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
200	Recurso Extraordinário	230161	Não	Agravo Regimental	CE	Néri da Silveira	10/08/2001	Município de Fortaleza
201	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2433	Sim	Não	RN	Maurício Corrêa	24/08/2001	Governador do Estado do Rio Grande do Norte
202	Recurso Extraordinário	229450	Não	Não	RJ	Maurício Corrêa	30/08/2001	Município de Niterói
203	Recurso Extraordinário	229444	Não	Não	CE	Carlos Velloso	31/08/2001	Município de Fortaleza
204	Recurso Extraordinário	220907	Não	Não	RO	Carlos Velloso	31/08/2001	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
205	Ação Cível Originária	320	Não	Não	SC	Néri da Silveira	31/08/2001	Estado de Santa Catarina
206	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1948	Sim	Não	RS	Nelson Jobim	14/09/2001	Confederação Nacional do Transporte - CNT
207	Recurso Extraordinário	174184	Não	Não	SP	Moreira Alves	21/09/2001	Estado de São Paulo
208	Recurso Extraordinário	170361	Não	Não	SP	Moreira Alves	28/09/2001	Estado de São Paulo
209	Recurso Extraordinário	113682	Não	Questão de Ordem	SP	Ilmar Galvão	11/10/2001	S.A Hospital de Clínicas Dr. Paulo Sacramento e outros
210	Ação Direta de Inconstitucionalidade	673	Sim	Não	DF	Paulo Brossard	11/10/2001	Partido dos Trabalhadores - PT
211	Recurso Extraordinário	25293	Não	Agravo Regimental	CE	Ellen Gracie	19/10/2001	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE
212	Recurso em Mandado de Segurança	23897	Não	Não	DF	Ellen Gracie	26/10/2001	Hélio Segisnando Oliveira Reis
213	Agravo de Instrumento	313854	Não	Agravo Regimental	CE	Néri da Silveira	26/10/2001	Município de Fortaleza
214	Recurso Extraordinário	256588	Não	Embargos de Declaração	RJ	Carlos Velloso	09/11/2001	Myriam Torok outros
215	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1723	Sim	Não	RS	Carlos Velloso	19/12/2001	Confederação Nacional do Transporte - CNT
216	Recurso Extraordinário	141376	Não	Não	RJ	Néri da Silveira	22/02/2002	Estado do Rio de Janeiro

217	Agravo de Instrumento	195022	Não	Agr-Agr (Agravo Regimental no Agravo Regimental)	DF	Néri da Silveira	22/03/2002	Olavo da Silva
218	Recurso Extraordinário	307446	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	05/04/2002	Virgílio Guimarães de Paula e outros
219	Mandado de Segurança	23401	Não	Não	DF	Carlos Velloso	12/04/2002	Luiz Antônio Lauxen
220	Recurso Extraordinário	259889	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	19/04/2002	José Cantídio Junqueira de Almeida
221	Recurso em Mandado de Segurança	23458	Não	Não	DF	Maurício Corrêa	03/05/2002	Fernanda Martins Porto e outros
222	Ação Direta de Inconstitucionalidade	609	Não	Não	DF	Maurício Corrêa	03/05/2002	Procurador-Geral da República
223	Agravo de Instrumento	332908	Não	Agravo Regimental	RJ	Maurício Corrêa	10/05/2002	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais - SINDIPÚBLICOS/MG
224	Recurso Extraordinário	217389	Não	Não	SP	Néri da Silveira	24/05/2002	Hilda Lima de Souza
225	Ação Rescisória	1264	Não	Não	RJ	Néri da Silveira	31/05/2002	Antônio da Costa Marques Filho e outros
226	Mandado de Segurança	20809	Não	Não	DF	Néri da Silveira	07/06/2002	Edylcea Tavares Nogueira de Paula
227	Mandado de Segurança	20974	Não	Não	DF	Néri da Silveira	07/06/2002	Edylcea Tavares Nogueira de Paula
228	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2424	Sim	Não	CE	Néri da Silveira	07/06/2002	Partido Comunista do Brasil - PC do B
229	Ação Direta de Inconstitucionalidade	380	Sim	Não	RO	Carlos Velloso	07/06/2002	Governador do Estado de Rondônia
230	Mandado de Segurança	23577	Não	Não	DF	Carlos Velloso	14/06/2002	Marco Antonio Furtado Lisboa
231	Recurso Extraordinário	219169	Não	Não	RS	Nelson Jobim	14/06/2002	Ranieri Augusto Matei
232	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2337	Sim	Não	SC	Celso de Mello	21/06/2002	Governador do Estado de Santa Catarina
233	Recurso Extraordinário	321166	Não	Não	RJ	Moreira Alves	21/06/2002	Fundação para a Infância e Adolescência - FIA
234	Recurso Extraordinário	269169	Não	Não	PE	Néri da Silveira	21/06/2002	Estado de Pernambuco
235	Recurso Extraordinário	237098	Não	Agravo Regimental	SP	Ilmar Galvão	02/08/2002	Rede Ferroviária Federal S/A
236	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1500	Não	Não	ES	Carlos Velloso	16/08/2002	Procurador-Geral da República
237	Recurso Extraordinário	234010	Não	Agravo Regimental	RJ	Carlos Velloso	23/08/2002	Maria de Lourdes da Silva
238	Recurso Extraordinário	330546	Não	Agravo Regimental	RN	Carlos Velloso	23/08/2002	Estado do Rio Grande do Norte
239	Mandado de Injunção	485	Não	Não	MT	Maurício Corrêa	23/08/2002	Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Mato Grosso - SINDEPO/MT

240	Ação Direta de Inconstitucionalidade	301	Não	Não	AC	Maurício Corrêa	30/08/2002	Procurador-Geral da República
241	Recurso Extraordinário	225721	Não	ED-Edv-AgR (Agravos Regimentais nos Embargos de Divergência nos Embargos de Declaração)	PE	Maurício Corrêa	30/08/2002	Kátia Garcia Pinto Soares de Araújo
242	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1582	Não	Não	DF	Carlos Velloso	06/09/2002	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
243	Agravo de Instrumento	365284	Não	Agravo Regimental	PA	Gilmar Mendes	04/10/2002	Caixa Econômica Federal
244	Agravo de Instrumento	330108	Não	Agravo Regimental	AM	Ellen Gracie	04/10/2002	Estado do Amazonas
245	Recurso Extraordinário	326349	Não	Agravo Regimental	RN	Gilmar Mendes	11/10/2002	Estado do Rio Grande do Norte
246	Agravo de Instrumento	333854	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PA	Sepúlveda Pertence	18/10/2002	Caixa Econômica Federal
247	Agravo de Instrumento	388982	Não	Agravo Regimental	ES	Carlos Velloso	25/10/2002	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA
248	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1145	Não	Não	PB	Carlos Velloso	08/11/2002	ATEB - Associação dos Titulares das Serventias Extrajudiciais do Brasil
249	Agravo de Instrumento	383872	Não	Agravo Regimental	RJ	Carlos Velloso	08/11/2002	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A
250	Recurso Extraordinário	340686	Não	Embargos de Declaração	PA	Ilmar Galvão	08/11/2002	Caixa Econômica Federal
251	Recurso Extraordinário	255124	Não	Não	RS	Néri da Silveira	08/11/2002	Colégio Notarial do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul
252	Recurso Extraordinário	220906	Não	Não	DF	Maurício Corrêa	14/11/2002	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
253	Recurso Extraordinário	337349	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	22/11/2002	Município de Belo Horizonte
254	Recurso Extraordinário	294633	Não	Agravo Regimental	CE	Carlos Velloso	22/11/2002	José Walter Carneiro Pimentel
255	Recurso Extraordinário	307302	Não	Embargos de Declaração	MG	Carlos Velloso	22/11/2002	Lúcia Vieira Sarapu e outros
256	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2350	Sim	Não	GO	Maurício Corrêa	22/11/2002	Partido Trabalhista Brasileiro - PTB
257	Agravo de Instrumento	748076	Não	Agravo Regimental	MG	Cármem Lúcia	27/11/2002	Município de Belo Horizonte

258	Recurso Extraordinário	289328	Não	Agravo Regimental	SP	Carlos Velloso	29/11/2002	Hélio Rennó Campelo de Souza e outros
259	Habeas Corpus	82490	Não	Não	RN	Sepúlveda Pertence	29/11/2002	Francisco Pereira de Lacerda
260	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1227	Não	Não	RJ	Maurício Corrêa	29/11/2002	Governador do Estado do Rio de Janeiro
261	Ação Direta de Inconstitucionalidade	243	Não	Não	RJ	Marco Aurélio	29/11/2002	Governador do Estado do Rio de Janeiro
262	Ação Direta de Inconstitucionalidade	305	Não	Não	RN	Maurício Corrêa	13/12/2002	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
263	Recurso Extraordinário	217988	Não	Questão de Ordem	RS	Maurício Corrêa	13/12/2002	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
264	Recurso Extraordinário	353745	Não	Agravo Regimental	PA	Ellen Gracie	19/12/2002	Caixa Econômica Federal
265	Ação Direta de Inconstitucionalidade	208	Não	Não	SC	Moreira Alves	19/12/2002	Procurador-Geral da República
266	Agravo de Instrumento	322524	Não	Agravo Regimental	BA	Celso de Mello	19/12/2002	Rosalvo Santana
267	Recurso Extraordinário	225011	Não	Não	MG	Maurício Corrêa	19/12/2002	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
268	Recurso Extraordinário	226696	Não	Não	PE	Maurício Corrêa	19/12/2002	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
269	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1948	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	07/02/2003	Confederação Nacional do Transporte - CNT
270	Agravo de Instrumento	423778	Não	Agravo Regimental	AC	Maurício Corrêa	14/02/2003	Narciso Mendes de Assis
271	Intervenção Federal	139	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	19/03/2003	Francisco Capuano e outros
272	Agravo de Instrumento	423778	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	AC	Maurício Corrêa	21/03/2003	Narciso Mendes de Assis
273	Recurso Extraordinário	223426	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	21/03/2003	Estado de Minas Gerais
274	Recurso em Mandado de Segurança	24347	Não	Não	DF	Maurício Corrêa	04/04/2003	Júlio Carlos Sampaio Neto
275	Agravo de Instrumento	401268	Não	Agravo Regimental	RS	Maurício Corrêa	04/04/2003	Estado do Rio Grande do Sul
276	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1444	Não	Não	PR	Sydney Sanches	11/04/2003	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
277	Ação Direta de Inconstitucionalidade	990	Não	Não	MG	Sydney Sanches	11/04/2003	Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL
278	Recurso Extraordinário	253394	Não	Não	SP	Ilmar Galvão	11/04/2003	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
279	Agravo de Instrumento	408014	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	25/04/2003	Município de Coronel Fabriciano
280	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1689	Não	Não	PE	Sydney Sanches	02/05/2003	Procurador-Geral da República

281	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1072	Não	Não	RJ	Sydney Sanches	16/05/2003	Governador do Estado do Rio de Janeiro
282	Intervenção Federal	237	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	23/05/2003	Eulália Januário de Freitas e outros
283	Agravo de Instrumento	400658	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	06/06/2003	Município de Luz
284	Agravo de Instrumento	423778	Não	Agr-ED-ED (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental	AC	Maurício Corrêa	06/06/2003	Narciso Mendes de Assis
285	Recurso Extraordinário	209899	Não	Não	RN	Maurício Corrêa	06/06/2003	União
286	Ação Direta de Inconstitucionalidade	955	Sim	Não	PB	Celso de Mello	06/06/2003	Governador do Estado da Paraíba
287	Recurso Extraordinário	230051	Não	Embargos de Declaração	SP	Maurício Corrêa	11/06/2003	Carlos Roberto Bonjorni e outros
288	Ação Direta de Inconstitucionalidade	229	Não	Não	RJ	Nelson Jobim	13/06/2003	Governador do Estado do Rio de Janeiro
289	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2620	Sim	Não	AL	Nelson Jobim	13/06/2003	Governador do Estado de Alagoas
290	Mandado de Segurança	23195	Não	Não	DF	Moreira Alves	13/06/2003	Ronan Tanus
291	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2224	Não	Não	DF	Nelson Jobim	13/06/2003	Procurador-Geral da República
292	Intervenção Federal	2194	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	20/06/2003	Irene Vieira Avelar
293	Intervenção Federal	1466	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	20/06/2003	Henrique Padovani
294	Intervenção Federal	470	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	20/06/2003	Valdir Francisco Simões e outros
295	Intervenção Federal	1690	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	20/06/2003	Jocelina Veríssimo de Carvalho Fumagalli
296	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2891	Sim	Não	RJ	Sepúlveda Pertence	27/06/2003	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
297	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2806	Não	Não	RS	Ilmar Galvão	27/06/2003	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
298	Agravo de Instrumento	431836	Não	Agravo Regimental	SP	Carlos Velloso	01/08/2003	Hirai Comércio de Veículos Ltda.
299	Recurso Extraordinário	366086	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	01/08/2003	Município de Ipatinga
300	Intervenção Federal	2257	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Oscar Ungaretti
301	Intervenção Federal	1952	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Enedina Gonçalves Fraga e outros
302	Intervenção Federal	1317	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Roberto de Godoy e outros

303	Intervenção Federal	492	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Madalena Jacobs e outros
304	Intervenção Federal	171	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Rodolfo Melardi
305	Intervenção Federal	317	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	01/08/2003	Sanita Guedes e outros
306	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2586	Não	Não	DF	Carlos Velloso	01/08/2003	Confederação Nacional da Indústria
307	Intervenção Federal	3601	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Sérgio Moretto e outros
308	Intervenção Federal	3046	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Carlos Torrecilhas
309	Intervenção Federal	2909	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Rachel Paes Casarini e outros
310	Intervenção Federal	2737	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Máximo Antônio Pontes e outros
311	Intervenção Federal	2805	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Fausto Nogueira
312	Intervenção Federal	2127	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Ivam Ferreira e outros
313	Intervenção Federal	2975	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Clovis Augusto Machado e outros
314	Intervenção Federal	3578	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	22/08/2003	Onizia Paulina da Silva e outros
315	Reclamação	1870	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	22/08/2003	Município de Campo Bom
316	Intervenção Federal	2973	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	29/08/2003	Terezinha Cardoso e outros
317	Intervenção Federal	3292	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	29/08/2003	Marinez viol e outros
318	Intervenção Federal	449	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	29/08/2003	Joseline Florenzano Vidal Gonçalves e outros
319	Habeas Corpus	80751	Não	Não	RS	Nelson Jobim	29/08/2003	Amílcar Baruc Rizzo Corrêa
320	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2299	Sim	Não	RS	Moreira Alves	29/08/2003	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
321	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2340	Sim	Não	SC	Marco Aurélio	29/08/2003	Governador do Estado de Santa Catarina
322	Recurso Extraordinário	383405	Não	Agravo Regimental	SC	Ellen Gracie	12/09/2003	Jaci Jurandir Favretto
323	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2095	Sim	Não	RS	Octaviano Gallotti	19/09/2003	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
324	Ação Declaratória de Constitucionalidade	5	Sim	Não	DF	Nelson Jobim	19/09/2003	Procurador-Geral da República
325	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1746	Sim	Não	SP	Maurício Corrêa	19/09/2003	Governador do Estado de São Paulo
326	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2254	Sim	Não	ES	Sepúlveda Pertence	26/09/2003	Governador do Estado do Espírito Santo
327	Recurso Extraordinário	256588	Não	ED-Edv (Embargos de Divergência nos Embargos de Declaração)	RJ	Ellen Gracie	03/10/2003	Myriam Torok outros

328	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1800	Sim	Não	DF	Nelson Jobim	03/10/2003	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
329	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2054	Não	Não	DF	Sepúlveda Pertence	17/10/2003	Partido Social Trabalhista - PSC
330	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2251	Sim	Não	DF	Sydney Sanches	24/10/2003	Partido dos Trabalhadores - PT
331	Intervenção Federal	164	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	14/11/2003	Eliza Pretti e outros
332	Agravo de Instrumento	389854	Não	Agravo Regimental	BA	Carlos Velloso	14/11/2003	Estado da Bahia
333	Intervenção Federal	444	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	14/11/2003	Luis Gonzaga Galhardo e outros
334	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2689	Não	Não	RN	Ellen Gracie	21/11/2003	Governador do Estado do Rio Grande do Norte
335	Recurso Extraordinário	372472	Não	Não	RN	Carlos Velloso	28/11/2003	Estado do Rio Grande do Norte
336	Intervenção Federal	2915	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	28/11/2003	Nair de Andrade e outros
337	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2738	Não	Não	PB	Maurício Corrêa	12/12/2003	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
338	Recurso em Mandado de Segurança	24639	Não	Não	DF	Ayres Britto	19/12/2003	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF/SP
339	Mandado de Segurança	24312	Não	Não	DF	Ellen Gracie	19/12/2003	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
340	Intervenção Federal	1262	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	06/02/2004	Carlos Cintra e outros
341	Recurso Extraordinário	369820	Não	Não	RS	Carlos Velloso	27/02/2004	Estado do Rio Grande do Sul
342	Intervenção Federal	298	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	27/02/2004	Celso Marcondes Ferreira e outros
343	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1666	Sim	Não	RS	Carlos Velloso	27/02/2004	Partido Democrático Trabalhista - PDT
344	Recurso em Mandado de Segurança	24536	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	05/03/2004	Alberto Cursino Moreira Filho
345	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3049	Sim	Não	AL	Cezar Peluso	12/03/2004	Procurador-Geral da República
346	Intervenção Federal	3091	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	26/03/2004	Samantha Baldasso Tondo
347	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2050	Não	Não	RO	Maurício Corrêa	02/04/2004	Governador do Estado de Rondônia
348	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2987	Não	Não	SC	Sepúlveda Pertence	02/04/2004	Procurador-Geral da República
349	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1584	Sim	Não	DF	Ilmar Galvão	02/04/2004	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
350	Ação Direta de Inconstitucionalidade	525	Sim	Não	DF	Sepúlveda Pertence	02/04/2004	Partido Socialista Brasileiro

351	Agravo de Instrumento	443629	Não	Agravo Regimental	MG	Nelson Jobim	16/04/2004	Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público no Estado de Minas Gerais - SINDSEP/MG
352	Agravo de Instrumento	458223	Não	Agravo Regimental	SP	Nelson Jobim	16/04/2004	Tamara Beres Lederer Goldberg
353	Intervenção Federal	3773	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	16/04/2004	Carmen Coelho de Almeida e outros
354	Intervenção Federal	3195	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	16/04/2004	Cecília Cortes Rocha
355	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1668	Sim	Não	DF	Marco Aurélio	16/04/2004	Partido Comunista do Brasil - PC do B
356	Agravo de Instrumento	456186	Não	Agravo Regimental	RJ	Carlos Velloso	23/04/2004	Município do Rio de Janeiro
357	Habeas Corpus	83728	Não	Não	RS	Marco Aurélio	23/04/2004	Nélio Justino Massochin
358	Agravo de Instrumento	243250	Não	Agravo Regimental	RS	Sepúlveda Pertence	23/04/2004	Juvêncio José Farias e outros
359	Ação Declaratória de Constitucionalidade	9	Sim	Não	DF	Ellen Gracie	23/04/2004	Presidente da República
360	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2809	Não	Não	RS	Maurício Corrêa	30/04/2004	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
361	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1898	Sim	Não	DF	Octaviano Gallotti	30/04/2004	Procurador-Geral da República
362	Recurso Extraordinário	318185	Não	Agravo Regimental	SP	Nelson Jobim	07/05/2004	Município de Santos
363	Recurso Extraordinário	359444	Não	Não	RJ	Marco Aurélio	28/05/2004	Prefeito do Município do Rio de Janeiro
364	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2831	Sim	Não	RJ	Maurício Corrêa	28/05/2004	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
365	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1695	Não	Não	PR	Maurício Corrêa	28/05/2004	Governador do Estado do Paraná
366	Recurso em Mandado de Segurança	24534	Não	Não	DF	Joaquim Barbosa	28/05/2004	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF/SP
367	Ação Cautelar	200	Não	Questão de Ordem	SP	Ayres Britto	04/06/2004	Município de Jundiá
368	Recurso Extraordinário	413478	Não	Questão de Ordem	PR	Ellen Gracie	04/06/2004	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
369	Agravo de Instrumento	460131	Não	Agravo Regimental	DF	Joaquim Barbosa	08/06/2004	Distrito Federal
370	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2840	Não	Questão de Ordem	ES	Ellen Gracie	11/06/2004	Governador do Estado do Espírito Santo
371	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1328	Não	Não	AL	Ellen Gracie	18/06/2004	Governador do Estado de Alagoas
372	Agravo de Instrumento	205276	Não	Agravo Regimental	SP	Sepúlveda Pertence	25/06/2004	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

373	Recurso Extraordinário	407099	Não	Não	RS	Carlos Velloso	06/08/2004	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
374	Recurso em Mandado de Segurança	24726	Não	Não	DF	Marco Aurélio	06/08/2004	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF/SP
375	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3080	Não	Não	SC	Ellen Gracie	27/08/2004	Procurador-Geral da República
376	Recurso Extraordinário	354897	Não	Não	RS	Carlos Velloso	03/09/2004	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
377	Recurso em Mandado de Segurança	24737	Não	Não	DF	Ayres Britto	03/09/2004	Maria Luiza Tavares Benício
378	Recurso Extraordinário	424227	Não	Não	SC	Carlos Velloso	10/09/2004	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
379	Recurso Extraordinário	398630	Não	Não	SP	Carlos Velloso	17/09/2004	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
380	Ação Direta de Inconstitucionalidade	100	Não	Não	MG	Ellen Gracie	01/10/2004	Governador do Estado de Minas Gerais
381	Recurso Extraordinário	382054	Não	Não	RJ	Carlos Velloso	01/10/2004	Jorge Luiz dos Santos
382	Agravo de Instrumento	458269	Não	Agravo Regimental	DF	Carlos Velloso	22/10/2004	União
383	Recurso Extraordinário	364202	Não	Não	RS	Carlos Velloso	28/10/2004	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
384	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1905	Sim	Não	RS	Sepúlveda Pertence	05/11/2004	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
385	Recurso em Mandado de Segurança	24836	Não	Não	DF	Carlos Velloso	09/11/2004	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF/SP
386	Agravo de Instrumento	465746	Não	Agravo Regimental	RS	Eros Grau	26/11/2004	Roseli Maria Feix Tusset
387	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2847	Não	Não	DF	Carlos Velloso	26/11/2004	Procurador-Geral da República
388	Agravo de Instrumento	495967	Não	Agravo Regimental	SP	Carlos Velloso	03/12/2004	Paulo Drefahl
389	Recurso Extraordinário	422830	Não	Agravo Regimental	SC	Carlos Velloso	10/12/2004	Estado de Santa Catarina
390	Agravo de Instrumento	514815	Não	Agravo Regimental	DF	Carlos Velloso	17/12/2004	Distrito Federal
391	Recurso em Mandado de Segurança	24901	Não	Não	DF	Carlos Velloso	11/02/2005	Ministério Público Federal
392	Recurso Extraordinário	302803	Não	Não	RJ	Ellen Gracie	25/02/2005	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
393	Agravo de Instrumento	392684	Não	Agravo Regimental	BA	Sepúlveda Pertence	01/03/2005	Estado da Bahia
394	Recurso Extraordinário	286107	Não	Agravo Regimental	SP	Ellen Gracie	04/03/2005	Marialice Tessari de Matos
395	Recurso Extraordinário	333244	Não	Agravo Regimental	SC	Cezar Peluso	04/03/2005	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
396	Agravo de Instrumento	390986	Não	Agravo Regimental	BA	Sepúlveda Pertence	11/03/2005	Estado da Bahia
397	Mandado de Segurança	24742	Não	Não	DF	Marco Aurélio	11/03/2005	Sonia Irsai Azevedo

398	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2129	Sim	Não	MS	Eros Grau	11/03/2005	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
399	Agravo de Instrumento	518827	Não	Agravo Regimental	MG	Sepúlveda Pertence	18/03/2005	Município de Belo Horizonte
400	Recurso Extraordinário	252540	Não	Agravo Regimental	SP	Sepúlveda Pertence	18/03/2005	Maria Cleusa de Oliveira Martins
401	Recurso Extraordinário	422930	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	SC	Carlos Velloso	18/03/2005	Estado de Santa Catarina
402	Mandado de Segurança	25090	Não	Não	DF	Eros Grau	01/04/2005	Jandir de Moraes Feitosa
403	Mandado de Segurança	24958	Não	Não	DF	Marco Aurélio	01/04/2005	Humberto dos Santos
404	Mandado de Segurança	24997	Não	Não	DF	Eros Grau	01/04/2005	Sebastião Ferreira Lôbo
405	Recurso Extraordinário	395662	Não	Agr-ED-ED (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental)	RS	Gilmar Mendes	01/04/2005	Lorita Scanagata e outros
406	Recurso Extraordinário	264621	Não	Não	CE	Joaquim Barbosa	08/04/2005	União
407	Agravo de Instrumento	501942	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	08/04/2005	Município de Belo Horizonte
408	Agravo de Instrumento	497488	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	08/04/2005	Município de Belo Horizonte
409	Agravo de Instrumento	528587	Não	Agravo Regimental	ES	Joaquim Barbosa	15/04/2005	Florisvaldo Klippel
410	Recurso Extraordinário	274383	Não	Não	SP	Ellen Gracie	22/04/2005	Pedro Aires de Moraes
411	Recurso Extraordinário	394831	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	29/04/2005	Dorasil Castilho Corval
412	Agravo de Instrumento	488991	Não	Agravo Regimental	DF	Eros Grau	29/04/2005	Sueli Teresinha Braga
413	Recurso Extraordinário	262651	Não	Não	SP	Carlos Velloso	06/05/2005	Auto Viação Urubupungá Ltda.
414	Mandado de Segurança	25050	Não	Não	DF	Carlos Velloso	06/05/2005	Aristóteles Ramos Leite
415	Mandado de Segurança	25192	Não	Não	DF	Eros Grau	06/05/2005	Jecy Serôa da Motta
416	Mandado de Segurança	25113	Não	Não	DF	Eros Grau	06/05/2005	Alice Alves Pereira Bastos
417	Recurso Extraordinário	430559	Não	Agravo Regimental	SP	Sepúlveda Pertence	13/05/2005	Empresa São João Turismo Ltda.
418	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2895	Não	Não	AL	Carlos Velloso	20/05/2005	Governador do Estado de Alagoas

419	Reclamação	1017	Não	Não	SP	Sepúlveda Pertence	03/06/2005	Procurador-Geral da República
420	Agravo de Instrumento	240992	Não	Agravo Regimental	SP	Cezar Peluso	10/06/2005	Esdracir Martins de Mello
421	Agravo de Instrumento	478745	Não	Agravo Regimental	MG	Cezar Peluso	17/06/2005	Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público no Estado de Minas Gerais - SINDSEP/MG
422	Agravo de Instrumento	491764	Não	Agravo Regimental	MG	Cezar Peluso	17/06/2005	Estado de Minas Gerais
423	Recurso Extraordinário	190326	Não	Agravo Regimental	SP	Eros Grau	24/06/2005	Estado de São Paulo
424	Agravo de Instrumento	505473	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	24/06/2005	Maria da Graça Luz
425	Recurso Extraordinário	167636	Não	Agravo Regimental	PA	Cezar Peluso	01/07/2005	Emilio Hage Karam
426	Recurso em Mandado de Segurança	24128	Não	Não	DF	Sepúlveda Pertence	01/07/2005	Ozéas das Neves do Nascimento
427	Recurso Extraordinário	435210	Não	Agravo Regimental	AL	Ellen Gracie	05/08/2005	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
428	Agravo de Instrumento	529743	Não	Agravo Regimental	DF	Carlos Velloso	05/08/2005	Taguatur - Taguatinga Transportes e Turismo Ltda.
429	Ação Direta de Inconstitucionalidade	396	Não	Não	RS	Gilmar Mendes	05/08/2005	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
430	Mandado de Segurança	22127	Não	Não	RS	Ellen Gracie	19/08/2005	Paulo Cesar Lima
431	Recurso Extraordinário	428782	Não	Agravo Regimental	DF	Cezar Peluso	19/08/2005	Antoniél Gomes Ramos e outros
432	Agravo de Instrumento	490182	Não	Agravo Regimental	RS	Carlos Velloso	26/08/2005	Kendi Érico Yoshida
433	Agravo de Instrumento	529714	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	26/08/2005	Rodrigo Fernandes
434	Mandado de Segurança	25091	Não	Não	DF	Marco Aurélio	26/08/2005	Pedro Fernando Santa Rita Carvalho de Athayde
435	Recurso Extraordinário	448536	Não	Agravo Regimental	SC	Sepúlveda Pertence	16/09/2005	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
436	Recurso Extraordinário	448792	Não	Agravo Regimental	MG	Joaquim Barbosa	23/09/2005	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais - SINDSEF/MG
437	Ação Direta de Inconstitucionalidade	11266	Não	Não	BA	Eros Grau	23/09/2005	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - COFENEN
438	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3068	Não	Não	DF	Eros Grau	23/09/2005	Partido da Frente Liberal - PFL

439	Recurso em Mandado de Segurança	25264	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	30/09/2005	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF/SP
440	Recurso Extraordinário	382931	Não	Agravo Regimental	SP	Carlos Velloso	30/09/2005	Estado de São Paulo
441	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3244	Não	Não	MT	Joaquim Barbosa	30/09/2005	Governador do Estado do Mato Grosso
442	Recurso Extraordinário	446077	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	14/10/2005	Estado de Minas Gerais
443	Ação Direta de Inconstitucionalidade	23249	Não	Não	ES	Eros Grau	14/10/2005	Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL
444	Habeas Corpus	85646	Não	Não	SP	Marco Aurélio	14/10/2005	Pedro Lindolfo Sarlo
445	Mandado de Segurança	25045	Não	Não	DF	Joaquim Barbosa	14/10/2005	Jozué Correia da Silva
446	Recurso Extraordinário	319156	Não	Não	ES	Ellen Gracie	25/10/2005	Estado do Espírito Santo
447	Agravo de Instrumento	484366	Não	Agravo Regimental	RS	Carlos Velloso	08/11/2005	Estado do Rio Grande do Sul
448	Recurso Extraordinário	379199	Não	Agravo Regimental	AL	Carlos Velloso	18/11/2005	Estado de Alagoas
449	Recurso Extraordinário	419075	Não	Não	PE	Marco Aurélio	18/11/2005	George Pessoa de Lira
450	Ação Direta de Inconstitucionalidade	106	Não	Não	RO	Gilmar Mendes	25/11/2005	Governador do Estado de Rondônia
451	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1949	Sim	Não	RS	Sepúlveda Pertence	25/11/2005	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
452	Reclamação	2539	Não	Não	AC	Eros Grau	09/12/2005	Estado do Acre
453	Agravo de Instrumento	489373	Não	Agravo Regimental	MG	Ellen Gracie	03/02/2006	Estado de Minas Gerais
454	Agravo de Instrumento	486849	Não	Agravo Regimental	MG	Ellen Gracie	03/02/2006	Estado de Minas Gerais
455	Mandado de Segurança	24952	Não	Não	DF	Ayres Britto	03/02/2006	Waldemar Neves da Rocha
456	Agravo de Instrumento	512698	Não	Agravo Regimental	AC	Carlos Velloso	24/02/2006	Estado do Acre
457	Agravo de Instrumento	562928	Não	Agravo Regimental	MG	Carlos Velloso	24/02/2006	Rogéria Marques
458	Recurso Extraordinário	433928	Não	Agravo Regimental	CE	Carlos Velloso	24/02/2006	Glauco Eduardo Marques de Souza
459	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1007	Não	Não	PE	Eros Grau	24/02/2006	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - COFENEN
460	Recurso Extraordinário	463028	Não	Não	RS	Ellen Gracie	10/03/2006	Jacqueline Ovadia Behar
461	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3098	Não	Não	SP	Carlos Velloso	10/03/2006	Governador do Estado de São Paulo
462	Agravo de Instrumento	491867	Não	Agravo Regimental	AL	Sepúlveda Pertence	17/03/2006	Estado de Alagoas
463	Recurso Extraordinário	382389	Não	Não	MG	Ellen Gracie	17/03/2006	Maria Ramos dos Santos

464	Recurso Extraordinário	234908	Não	Agravo Regimental	SP	Sepúlveda Pertence	17/03/2006	Município de Santos
465	Mandado de Segurança	25092	Não	Não	DF	Carlos Velloso	17/03/2006	Antonio José de Farias Simões
466	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2602	Não	Não	MG	Eros Grau	31/03/2006	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
467	Suspensão de Tutela Antecipada	26	Não	Agravo Regimental	PE	Eros Grau	07/04/2006	Município de Petrolina
468	Recurso Extraordinário	356711	Não	Não	PR	Gilmar Mendes	07/04/2006	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA
469	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2551	Sim	Questão de Ordem	MG	Celso de Mello	20/04/2006	Confederação Nacional do Comércio - CNC
470	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3151	Não	Não	MT	Ayres Britto	28/04/2006	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
471	Ação Cautelar	669	Não	Não	SP	Ayres Britto	26/05/2006	Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
472	Recurso Extraordinário	357291	Não	Agravo Regimental	PR	Cezar Peluso	02/06/2006	Estado do Paraná
473	Recurso Extraordinário	428565	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	23/06/2006	Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público no Estado de Minas Gerais - SINDSEP/MG
474	Recurso Extraordinário	466061	Não	Agravo Regimental	RR	Sepúlveda Pertence	30/06/2006	Estado de Roraima
475	Mandado de Injunção	689	Não	Não	PB	Eros Grau	18/08/2006	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Paraíba - SINJEP
476	Ação Cautelar	659	Sim	Questão de Ordem	DF	Ayres Britto	25/08/2006	Estado de São Paulo
477	Mandado de Segurança	22373	Não	Não	DF	Ellen Gracie	01/09/2006	Jair Santos Neves
478	Recurso Extraordinário	327904	Não	Não	SP	Ayres Britto	08/09/2006	Associação de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Assis
479	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3135	Não	Não	PA	Gilmar Mendes	08/09/2006	Confederação Nacional do Transporte - CNT
480	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3147	Não	Não	PI	Ayres Britto	22/09/2006	Procurador-Geral da República
481	Agravo de Instrumento	410322	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	22/09/2006	José Roberto Silva
482	Agravo de Instrumento	413149	Não	Agravo Regimental	DF	Joaquim Barbosa	22/09/2006	Fabício Jorge Moraes Gomes
483	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2996	Não	Não	SC	Sepúlveda Pertence	29/09/2006	Procurador-Geral da República
484	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3026	Não	Não	DF	Eros Grau	29/09/2006	Procurador-Geral da República
485	Recurso Extraordinário	474450	Não	Agravo Regimental	PB	Ayres Britto	29/09/2006	Universidade Federal da Paraíba

486	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2645	Sim	Não	TO	Sepúlveda Pertence	29/09/2006	Partido Popular Socialista
487	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3533	Não	Não	DF	Eros Grau	06/10/2006	Governador do Distrito Federal
488	Agravo de Instrumento	598498	Não	Agravo Regimental	GO	Cezar Peluso	13/10/2006	Gastão de Araújo Leite
489	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3183	Não	Não	MS	Joaquim Barbosa	20/10/2006	Procurador-Geral da República
490	Agravo de Instrumento	591712	Não	Agravo Regimental	SC	Celso de Mello	27/10/2006	SINTESPE - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina
491	Recurso Extraordinário	201819	Não	Não	RJ	Gilmar Mendes	27/10/2006	UBC - União Brasileira de Compositores
492	Recurso Extraordinário	484286	Não	Agravo Regimental	MG	Ricardo Lewandowski	24/11/2006	Estado de Minas Gerais
493	Agravo de Instrumento	600608	Não	Agravo Regimental	PB	Eros Grau	24/11/2006	Telemar Norte Leste S/A
494	Agravo de Instrumento	596560	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	24/11/2006	Telemar Norte Leste S/A
495	Mandado de Segurança	24427	Não	Não	DF	Eros Grau	24/11/2006	Banco do Brasil S/A
496	Recurso Extraordinário	489428	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	01/12/2006	Município do Rio de Janeiro
497	Agravo de Instrumento	446111	Não	Agravo Regimental	RJ	Gilmar Mendes	01/12/2006	Helena Valladares
498	Recurso Extraordinário	251301	Não	Agravo Regimental	RJ	Cezar Peluso	07/12/2006	Light Serviços de Eletricidade S/A
499	Recurso Extraordinário	463810	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	SC	Cezar Peluso	07/12/2006	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
500	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1646	Não	Não	PE	Gilmar Mendes	07/12/2006	Confederação Nacional do Comércio - CNC
501	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1589	Não	Não	SP	Eros Grau	07/12/2006	Confederação Nacional de Saúde - Hospitais Estabelecimentos e Serviços - CNS
502	Ação Cível Originária	765	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	15/12/2006	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
503	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3322	Sim	Não	DF	Cezar Peluso	19/12/2006	Governador do Distrito Federal
504	Agravo de Instrumento	607035	Não	Agravo Regimental	PB	Sepúlveda Pertence	09/02/2007	Telemar Norte Leste S/A
505	Recurso Extraordinário	292318	Não	Agravo Regimental	SP	Celso de Mello	16/02/2007	Antonia Ivonete Alves
506	Agravo de Instrumento	460826	Não	Agravo Regimental	DF	Cármen Lúcia	16/02/2007	Caixa Econômica Federal
507	Agravo de Instrumento	596563	Não	Agravo Regimental	BA	Sepúlveda Pertence	16/02/2007	Telemar Norte Leste S/A
508	Agravo de Instrumento	481189	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	16/02/2007	Município do Rio de Janeiro

509	Agravo de Instrumento	478721	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	16/02/2007	Município do Rio de Janeiro
510	Agravo de Instrumento	517406	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	16/02/2007	Município do Rio de Janeiro
511	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3643	Não	Não	RJ	Ayres Britto	16/02/2007	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
512	Agravo de Instrumento	614264	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	23/02/2007	Telemar Norte Leste S/A
513	Recurso Extraordinário	477710	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	SC	Gilmar Mendes	23/02/2007	SINTESPE - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina
514	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3273	Não	Não	DF	Ayres Britto	02/03/2007	Governador do Estado do Paraná
515	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3366	Não	Não	DF	Eros Grau	02/03/2007	Partido Democrático Trabalhista - PDT
516	Habeas Corpus	89572	Não	Não	RJ	Marco Aurélio	09/03/2007	Paulo Sergio de Cardoso Figueiredo
517	Agravo de Instrumento	600446	Não	Agravo Regimental	PB	Sepúlveda Pertence	09/03/2007	Telemar Norte Leste S/A
518	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3521	Não	Não	PR	Eros Grau	16/03/2007	Governador do Estado do Paraná
519	Ação Direta de Inconstitucionalidade	453	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	16/03/2007	Confederação Nacional das Profissões Liberais
520	Agravo de Instrumento	587052	Não	Agravo Regimental	BA	Sepúlveda Pertence	23/03/2007	Telemar Norte Leste S/A
521	Ação Cautelar	1271	Sim	Não	AP	Eros Grau	13/04/2007	Estado do Amapá
522	Ação Cautelar	1549	Sim	Questão de Ordem	RO	Celso de Mello	27/04/2007	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
523	Ação Direta de Inconstitucionalidade	125	Não	Não	SC	Sepúlveda Pertence	27/04/2007	Governador do Estado de Santa Catarina
524	Recurso Extraordinário	510336	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	11/05/2007	Município do Rio de Janeiro
525	Agravo de Instrumento	623838	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	11/05/2007	Município do Rio de Janeiro
526	Agravo de Instrumento	570822	Não	Agravo Regimental	BA	Sepúlveda Pertence	18/05/2007	Estado da Bahia
527	Ação Cautelar	1550	Não	Não	RO	Gilmar Mendes	18/05/2007	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
528	Recurso Extraordinário	526145	Não	Agravo Regimental	CE	Eros Grau	25/05/2007	Telemar Norte Leste S/A
529	Recurso Extraordinário	351393	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	01/06/2007	Município do Rio de Janeiro
530	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3060	Não	Não	GO	Sepúlveda Pertence	01/06/2007	Procurador-Geral da República
531	Agravo de Instrumento	636814	Não	Agravo Regimental	DF	Eros Grau	15/06/2007	Sebastião Moraes da Cunha
532	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3180	Não	Não	AP	Joaquim Barbosa	15/06/2007	Governador do Estado do Amapá

533	Agravo de Instrumento	623525	Não	Agravo Regimental	DF	Ricardo Lewandowski	22/06/2007	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de São Paulo - SENDSEF/SP
534	Agravo de Instrumento	623380	Não	Agravo Regimental	PB	Eros Grau	29/06/2007	Telemar Norte Leste S/A
535	Agravo de Instrumento	634957	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	29/06/2007	Telemar Norte Leste S/A
536	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3316	Não	Não	MT	Eros Grau	29/06/2007	Procurador-Geral da República
537	Agravo de Instrumento	588768	Não	Agravo Regimental	BA	Joaquim Barbosa	03/08/2007	Estado da Bahia
538	Recurso Extraordinário	341776	Não	Não	CE	Gilmar Mendes	03/08/2007	Estado do Ceará
539	Habeas Corpus	84137	Não	Não	RS	Carlos Velloso	03/08/2007	Taufik Badui Germanos e outros
540	Recurso Extraordinário	425451	Não	Agravo Regimental	BA	Gilmar Mendes	31/08/2007	Claudio Campos de Cerqueira
541	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3338	Não	Não	DF	Eros Grau	06/09/2007	Procurador-Geral da República
542	Agravo de Instrumento	648526	Não	Agravo Regimental	RJ	Sepúlveda Pertence	14/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
543	Recurso Extraordinário	417019	Não	Agravo Regimental	SE	Sepúlveda Pertence	14/09/2007	Estado de Sergipe
544	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3599	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	14/09/2007	Presidente da República
545	Mandado de Segurança	25787	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	14/09/2007	Transbrasil S/A Linhas Aéreas
546	Agravo de Instrumento	620249	Não	Agravo Regimental	PB	Eros Grau	21/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
547	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1923	Sim	Não	DF	Eros Grau	21/09/2007	Partido dos Trabalhadores - PT
548	Recurso Extraordinário	544704	Não	Agravo Regimental	BA	Cezar Peluso	28/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
549	Agravo de Instrumento	634030	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	28/09/2007	Município do Rio de Janeiro
550	Agravo de Instrumento	623091	Não	Agravo Regimental	PB	Joaquim Barbosa	28/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
551	Agravo de Instrumento	662330	Não	Agravo Regimental	BA	Joaquim Barbosa	28/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
552	Agravo de Instrumento	655947	Não	Agravo Regimental	BA	Celso de Mello	28/09/2007	Telemar Norte Leste S/A
553	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3434	Sim	Não	PI	Joaquim Barbosa	28/09/2007	Procurador-Geral da República
554	Recurso Extraordinário	158676	Não	Não	MG	Sepúlveda Pertence	05/10/2007	Telemar Norte Leste S/A
555	Recurso Extraordinário	505393	Não	Não	PE	Sepúlveda Pertence	05/10/2007	União
556	Agravo de Instrumento	650085	Não	Agravo Regimental	RJ	Celso de Mello	05/10/2007	Telemar Norte Leste S/A
557	Ação Declaratória de Constitucionalidade	5	Não	Não	DF	Ricardo Lewandowski	05/10/2007	Procurador-Geral da República
558	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3756	Não	Não	DF	Ayres Britto	19/10/2007	Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal

559	Agravo de Instrumento	624294	Não	Agravo Regimental	SE	Ellen Gracie	26/10/2007	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
560	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3768	Não	Não	DF	Cármem Lúcia	26/10/2007	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - ANTU
561	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3225	Não	Não	RJ	Cezar Peluso	26/10/2007	Governador do Estado do Rio de Janeiro
562	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3090	Sim	Não	DF	Gilmar Mendes	26/10/2007	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
563	Agravo de Instrumento	615872	Não	Agravo Regimental	BA	Joaquim Barbosa	31/10/2007	Telemar Norte Leste S/A
564	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3104	Não	Não	DF	Cármem Lúcia	09/11/2007	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
565	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2873	Não	Não	PI	Ellen Gracie	09/11/2007	Governador do Estado do Piauí
566	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3729	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	09/11/2007	Governador do Estado de São Paulo
567	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1973	Sim	Não	RJ	Nelson Jobim	09/11/2007	Procurador-Geral da República
568	Recurso Extraordinário	366378	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	SP	Eros Grau	14/11/2007	Telecomunicações de São Paulo S.A - TELESP
569	Recurso Extraordinário	544509	Não	Agravo Regimental	PB	Celso de Mello	14/11/2007	Telemar Norte Leste S/A
570	Mandado de Segurança	24448	Não	Não	DF	Ayres Britto	14/11/2007	Aparecida Maria Soares
571	Recurso Extraordinário	546542	Não	Agravo Regimental	BA	Cezar Peluso	23/11/2007	Telemar Norte Leste S/A
572	Agravo de Instrumento	677479	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	30/11/2007	Telemar Norte Leste S/A
573	Recurso Extraordinário	510416	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PR	Eros Grau	30/11/2007	Sercomtel S/A - Telecomunicações
574	Recurso Extraordinário	229934	Não	Agravo Regimental	BA	Celso de Mello	30/11/2007	Estado da Bahia
575	Recurso Extraordinário	539751	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	30/11/2007	Telemar Norte Leste S/A
576	Recurso Extraordinário	380939	Não	Agravo Regimental	PR	Eros Grau	30/11/2007	Roberto Pontes Alves e outros
577	Agravo de Instrumento	651838	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	07/12/2007	Estado de Minas Gerais
578	Agravo de Instrumento	679266	Não	Agravo Regimental	BA	Celso de Mello	07/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
579	Agravo de Instrumento	645633	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	07/12/2007	Telecomunicações de São Paulo S.A - TELESP

580	Agravo de Instrumento	623789	Não	Agravo Regimental	PB	Joaquim Barbosa	07/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
581	Agravo de Instrumento	646222	Não	Agravo Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	14/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
582	Agravo de Instrumento	616891	Não	Agravo Regimental	RJ	Ricardo Lewandowski	14/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
583	Agravo de Instrumento	598397	Não	Agravo Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	14/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
584	Agravo de Instrumento	645872	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	14/12/2007	Telecomunicações de São Paulo S.A - TELESP
585	Ação Cível Originária	811	Não	Agravo Regimental	DF	Gilmar Mendes	14/12/2007	Distrito Federal
586	Agravo de Instrumento	676928	Não	Agravo Regimental	MG	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
587	Agravo de Instrumento	646514	Não	Agravo Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
588	Agravo de Instrumento	633708	Não	Agravo Regimental	PB	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
589	Recurso Extraordinário	525875	Não	Agravo Regimental	RB	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
590	Recurso Extraordinário	523987	Não	Agravo Regimental	SP	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telecomunicações de São Paulo S.A - TELESP
591	Agravo de Instrumento	671465	Não	Agravo Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
592	Recurso Extraordinário	558695	Não	Agravo Regimental	MG	Ricardo Lewandowski	19/12/2007	Telemar Norte Leste S/A
593	Recurso Extraordinário	536961	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PE	Eros Grau	01/02/2008	Telemar Norte Leste S/A
594	Agravo de Instrumento	667144	Não	Agravo Regimental	PE	Eros Grau	01/02/2008	Telemar Norte Leste S/A
595	Suspensão de Tutela Antecipada	89	Não	Agravo Regimental	PI	Ellen Gracie	15/02/2008	TRANCOL - Transportes Coletivos Ltda. e outros
596	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1863	Não	Não	DF	Eros Grau	15/02/2008	Partido Democrático Trabalhista - PDT
597	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2716	Não	Não	RO	Eros Grau	07/03/2008	Governador do Estado de Rondônia
598	Ação Direta de Inconstitucionalidade	191	Não	Não	RS	Cármen Lúcia	07/03/2008	Governador do Estado do Rio Grande do Sul
599	Ação Direta de Inconstitucionalidade	845	Não	Não	AP	Eros Grau	07/03/2008	Governador do Estado do Amapá
600	Recurso Extraordinário	33423	Não	Não	SP	Ayres Britto	13/03/2008	Estado de São Paulo
601	Recurso Extraordinário	433621	Não	Agravo Regimental	CE	Eros Grau	14/03/2008	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
602	Recurso Extraordinário	516907	Não	Agravo Regimental	SC	Gilmar Mendes	14/03/2008	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC

603	Agravo de Instrumento	441038	Não	Agravo Regimental	RS	Cezar Peluso	28/03/2008	Sigla Sociedade Incorporadora Gaúcha Ltda.
604	Agravo de Instrumento	596310	Não	Agravo Regimental	MG	Gilmar Mendes	28/03/2008	Leila Pinto Filgueiras
605	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	567454	Não	Não	BA	Ayres Britto	28/03/2008	Telemar Norte Leste S/A
606	Recurso em Mandado de Segurança	25039	Não	Não	DF	Joaquim Barbosa	18/04/2008	Nathércio Ferreira de França
607	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1864	Não	Não	PR	Joaquim Barbosa	02/05/2008	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE
608	Recurso Extraordinário	370329	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	09/05/2008	Estado de São Paulo
609	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3660	Não	Não	MS	Gilmar Mendes	09/05/2008	Procurador-Geral da República
610	Ação Cível Originária	959	Não	Não	RN	Menezes Direito	16/05/2008	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
611	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2620	Não	Não	AL	Eros Grau	16/05/2008	Governador do Estado de Alagoas
612	Ação Direta de Inconstitucionalidade	307	Não	Não	CE	Eros Grau	20/06/2008	Procurador-Geral da República
613	Mandado de Segurança	24584	Não	Não	DF	Marco Aurélio	20/06/2008	Ildete dos Santos Pinto e outros
614	Recurso Extraordinário	489776	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	01/08/2008	Estado de Minas Gerais
615	Recurso Extraordinário	400343	Não	Agravo Regimental	CE	Eros Grau	01/08/2008	Nilda Bezerra Lopes e outros
616	Ação Cautelar	1851	Não	Questão de Ordem	RO	Ellen Gracie	01/08/2008	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
617	Inquérito	2512	Não	Não	PR	Ricardo Lewandowski	01/08/2008	Ministério Público Federal
618	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	83	Não	Não	ES	Ayres Britto	01/08/2008	Partido dos Trabalhadores - PT
619	Ação Direta de Inconstitucionalidade	980	Não	Não	DF	Menezes Direito	01/08/2008	Procurador-Geral da República
620	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3089	Não	Não	DF	Joaquim Barbosa	01/08/2008	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
621	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1706	Não	Não	DF	Eros Grau	12/09/2008	Governador do Distrito Federal
622	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2238	Sim	Não	DF	Ilmar Galvão	12/09/2008	Partido Comunista do Brasil - PC do B
623	Ação Direta de Inconstitucionalidade	162	Não	Não	MG	Eros Grau	19/09/2008	Governador do Estado de Minas Gerais
624	Recurso Extraordinário	363412	Não	Agravo Regimental	BA	Celso de Mello	19/09/2008	Município de Salvador
625	Recurso Extraordinário	524615	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	03/10/2008	Município de Salvador
626	Recurso Extraordinário	544655	Não	Agravo Regimental	MG	Eros Grau	10/10/2008	Município de Belo Horizonte

627	Agravo de Instrumento	654197	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	10/10/2008	Município do Rio de Janeiro
628	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2649	Não	Não	DF	Cármem Lúcia	17/10/2008	ABRATI - Associação Brasileira das Empresas de Transporte Interestadual, Intermunicipal e Internacional de Passageiros
629	Mandado de Injunção	712	Não	Não	PA	Eros Grau	31/10/2008	Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP
630	Mandado de Injunção	708	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	31/10/2008	SINTEM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
631	Mandado de Injunção	670	Não	Não	ES	Gilmar Mendes	31/10/2008	Sindicato dos Servidores Policiais Cíveis do Estado do Espírito Santo - SINPOL
632	Reclamação	4872	Não	Não	GO	Menezes Direito	07/11/2008	Município de Montividiu
633	Ação Cível Originária	765	Não	Questão de Ordem	RJ	Eros Grau	07/11/2008	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
634	Recurso Extraordinário	344133	Não	Não	PE	Marco Aurélio	14/11/2008	Ademir Gomes Ferraz
635	Agravo de Instrumento	468448	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	14/11/2008	Município do Rio de Janeiro
636	Recurso Extraordinário	564709	Não	Agravo Regimental	CE	Gilmar Mendes	21/11/2008	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE
637	Recurso Extraordinário	356422	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	21/11/2008	Município do Rio de Janeiro
638	Agravo de Instrumento	605730	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	21/11/2008	Município do Rio de Janeiro
639	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	591874	Não	Não	MS	Ricardo Lewandowski	21/11/2008	Viação São Francisco Ltda.
640	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3671	Sim	Não	DF	Cezar Peluso	28/11/2008	Governador do Estado do Distrito Federal
641	Mandado de Segurança	27516	Não	Não	DF	Ellen Gracie	05/12/2008	Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros - ABRATT
642	Recurso Extraordinário	144768	Não	Não	SP	Celso de Mello	05/12/2008	Município de São Paulo
643	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	590260	Não	Não	SP	Ricardo Lewandowski	05/12/2008	Ércio Molinari
644	Agravo de Instrumento	502557	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	12/12/2008	Município do Rio de Janeiro
645	Ação Cautelar	1901	Sim	Não	PR	Marco Aurélio	19/12/2008	Estado do Paraná

646	Recurso em Mandado de Segurança	25310	Não	Agravo Regimental	DF	Cezar Peluso	06/02/2009	Carlos Henrique de Oliveira
647	Agravo de Instrumento	616441	Não	Agravo Regimental	BA	Marco Aurélio	06/02/2009	Telemar Norte Leste S/A
648	Agravo de Instrumento	657547	Não	Agravo Regimental	MG	Marco Aurélio	06/02/2009	Telemar Norte Leste S/A
649	Recurso Extraordinário	345010	Não	Agravo Regimental	MG	Marco Aurélio	13/02/2009	Município de Belo Horizonte
650	Recurso Extraordinário	172082	Não	Não	PA	Celso de Mello	13/02/2009	Estado do Pará
651	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	576321	Não	Questão de Ordem	SP	Ricardo Lewandowski	13/02/2009	Clovis Eduardo de Oliveira Garcia e outros
652	Agravo de Instrumento	727779	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	27/02/2009	EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
653	Mandado de Segurança	26461	Não	Não	DF	Ricardo Lewandowski	06/03/2009	Florisvaldo Rodrigues da Silva
654	Agravo de Instrumento	628003	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	13/03/2009	Clodoaldo Ivan Favero
655	Agravo de Instrumento	666344	Não	Agravo Regimental	BA	Marco Aurélio	20/03/2009	Telemar Norte Leste S/A
656	Recurso Extraordinário	595774	Não	Agravo Regimental	DF	Eros Grau	17/04/2009	Associação doa Notários e Registradores do Distrito Federal - ANOREG/DF
657	Agravo de Instrumento	690242	Não	Agravo Regimental	SP	Ricardo Lewandowski	17/04/2009	Município de Santos
658	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4042	Sim	Não	MT	Gilmar Mendes	30/04/2009	Governador do Estado do Mato Grosso
659	Agravo de Instrumento	718202	Não	Agravo Regimental	PE	Ricardo Lewandowski	22/05/2009	Estado de Pernambuco
660	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	584388	Não	Não	SC	Ricardo Lewandowski	29/05/2009	Advogado-Geral da União
661	Recurso Extraordinário	485000	Não	Agravo Regimental	AL	Ellen Gracie	05/06/2009	União
662	Ação Cautelar	2327	Sim	Referendo	MS	Celso de Mello	05/06/2009	Estado do Mato Grosso do Sul
663	Agravo de Instrumento	481022	Não	Agravo Regimental	MG	Marco Aurélio	05/06/2009	Estado de Minas Gerais
664	Agravo de Instrumento	636315	Não	Agravo Regimental	PR	Ricardo Lewandowski	26/06/2009	Liane de Almeida Fiorillo e outros
665	Recurso Extraordinário	550403	Não	Embargos de Declaração	SP	Cármem Lúcia	26/06/2009	V. Morel S/A - Agentes Marítimos e Despachos
666	Recurso Extraordinário	557957	Não	Agravo Regimental	SP	Ricardo Lewandowski	26/06/2009	Liberato Crecci
667	Recurso Extraordinário	384063	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	26/06/2009	Horácio José Calado Filho
668	Agravo de Instrumento	632562	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	26/06/2009	Espólio de Wanderley Silveira e outros
669	Ação Cautelar	2318	Sim	Referendo	AL	Joaquim Barbosa	01/07/2009	Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento do Estado de Alagoas - CASAL

670	Agravo de Instrumento	743712	Não	Agravo Regimental	RS	Celso de Mello	01/07/2009	Marta Helena Gonzales Morais
671	Agravo de Instrumento	682565	Não	Agravo Regimental	RJ	Eros Grau	07/08/2009	Estado do Rio de Janeiro
672	Recurso Extraordinário	531047	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PR	Celso de Mello	07/08/2009	Sercomtel S/A - Telecomunicações
673	Recurso Extraordinário	596443	Não	Agravo Regimental	CE	Cármem Lúcia	07/08/2009	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
674	Agravo de Instrumento	704573	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	14/08/2009	Município de Santos
675	Recurso Extraordinário	567454	Não	Não	BA	Ayres Britto	28/08/2009	Telemar Norte Leste S/A
676	Ação Cível Originária	765	Não	Não	RJ	Menezes Direito	04/09/2009	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
677	Recurso Extraordinário	470996	Não	Agravo Regimental	RO	Eros Grau	11/09/2009	Aristides Mondardo e outros
678	Mandado Segurança	25149	Não	Não	DF	Celso de Mello	17/09/2009	João de Deus Bastos
679	Recurso Extraordinário	471186	Não	Agravo Regimental	MA	Cármem Lúcia	18/09/2009	Vale S/A
680	Mandado de Segurança	25262	Não	Não	DF	Celso de Mello	24/09/2009	Divaldo Ferreira Rosa
681	Reclamação	6568	Não	Não	SP	Eros Grau	25/09/2009	Estado de São Paulo
682	Petição	3388	Não	Não	RR	Ayres Britto	25/09/2009	Augusto Afonso Botelho Neto
683	Recurso Extraordinário	481110	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PE	Celso de Mello	25/09/2009	Usina Petribú S.A
684	Recurso Extraordinário	396970	Não	Agravo Regimental	SP	Eros Grau	09/10/2009	Câmara Municipal de São Paulo
685	Reclamação	5924	Não	Agravo Regimental	CE	Eros Grau	23/10/2009	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Limoeiro do Norte
686	Agravo de Instrumento	716814	Não	Agravo Regimental	MG	Cármem Lúcia	23/10/2009	Viação São Geraldo Ltda. e outros
687	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3430	Não	Não	ES	Ricardo Lewandowski	23/10/2009	Procurador-Geral da República
688	Recurso Extraordinário	590260	Não	Não	SP	Ricardo Lewandowski	23/10/2009	Ércio Molinari
689	Habeas Corpus	99594	Não	Não	MG	Ayres Britto	29/10/2009	Fernando Aparecido da Silva
690	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	130	Não	Não	DF	Ayres Britto	06/11/2009	Partido Democrático Trabalhista - PDT
691	Ação Cautelar	2197	Sim	Referendo	DF	Celso de Mello	13/11/2009	Distrito Federal

692	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2876	Não	Não	RO	Cármem Lúcia	20/11/2009	Governador do Estado de Rondônia
693	Recurso Extraordinário	171241	Não	Não	SC	Gilmar Mendes	20/11/2009	Estado de Santa Catarina
694	Recurso Extraordinário	397351	Não	Não	RS	Cezar Peluso	27/11/2009	Estado do Rio Grande do Sul
695	Recurso Extraordinário	433666	Não	Agravo Regimental	BA	Eros Grau	27/11/2009	Adelaide Maia Souza
696	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	601392	Não	Não	PR	Joaquim Barbosa	04/12/2009	Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
697	Recurso Extraordinário	591874	Não	Não	MS	Ricardo Lewandowski	18/12/2009	Viação São Francisco Ltda.
698	Recurso Extraordinário	557935	Não	Agravo Regimental	ES	Ellen Gracie	05/02/2010	Concessionária Rodovia do Sol S/A
699	Recurso Extraordinário	557643	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	PR	Eros Grau	12/02/2010	Marcelo Rodrigo Martins Silvério e outros
700	Proposta de Súmula Vinculante	34	Não	Não	DF	Cezar Peluso	26/02/2010	STF
701	Ação Cautelar	549	Sim	Questão de Ordem	AL	Ricardo Lewandowski	26/02/2010	Estado de Alagoas
702	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	46	Não	Não	DF	Eros Grau	26/02/2010	ABRAED - Associação Brasileira das Empresas de Distribuição
703	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	598099	Não	Não	MS	Gilmar Mendes	05/03/2010	Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro
704	Agravo de Instrumento	759849	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	12/03/2010	Pazinato Administradora Consultoria e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda.
705	Recurso Extraordinário	570908	Não	Não	RN	Cármem Lúcia	12/03/2010	Estado do Rio Grande do Norte
706	Agravo de Instrumento	331146	Não	Agravo Regimental	PR	Joaquim Barbosa	26/03/2010	João Carlos Pereira
707	Habeas Corpus	99646	Não	Não	RJ	Marco Aurélio	26/03/2010	Alexis Lemos Costa
708	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	599628	Não	Não	DF	Ayres Britto	26/03/2010	Leonardo Peres da Rocha e Silva e outros
709	Recurso Extraordinário	602795	Não	Agravo Regimental	SP	Eros Grau	09/04/2010	Branca Aparecida de Oliveira e outros
710	Recurso Extraordinário	399307	Não	Agravo Regimental	MG	Joaquim Barbosa	30/04/2010	Estado de Minas Gerais
711	Suspensão de Tutela Antecipada	42	Não	Agravo Regimental	CE	Gilmar Mendes	21/05/2010	Estado do Ceará
712	Ação Penal	433	Não	Não	PR	Cezar Peluso	21/05/2010	Ministério Público Federal
713	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3421	Não	Não	PR	Marco Aurélio	28/05/2010	Governador do Estado do Paraná
714	Recurso Extraordinário	571241	Não	Agravo Regimental	RN	Joaquim Barbosa	04/06/2010	Sônia Lourdes Dantas Fonseca

715	Ação Direta de Inconstitucionalidade	341	Não	Não	PR	Eros Grau	11/06/2010	Governador do Estado do Paraná
716	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4154	Não	Não	MT	Ricardo Lewandowski	18/06/2010	Governador do Estado do Mato Grosso
717	Agravo de Instrumento	707796	Não	Agravo Regimental	SC	Gilmar Mendes	25/06/2010	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
718	Recurso Extraordinário	602741	Não	Agravo Regimental	DF	Celso de Mello	25/06/2010	Condomínio Centro Empresarial Brasília
719	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	566007	Não	Não	RS	Cármem Lúcia	25/06/2010	Procurador-Geral da Fazenda Nacional
720	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3028	Não	Não	RN	Ayres Britto	01/07/2010	Procurador-Geral da República
721	Mandado de Segurança	25295	Não	Não	DF	Joaquim Barbosa	05/07/2010	Município do Rio de Janeiro
722	Recurso Extraordinário	516671	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	06/08/2010	União
723	Recurso Extraordinário	552948	Não	Agravo Regimental	RJ	Ricardo Lewandowski	06/08/2010	Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
724	Recurso Extraordinário	575376	Não	Agravo Regimental	RS	Ayres Britto	06/08/2010	Rogério Alves da Paz
725	Recurso Extraordinário	585303	Não	Agravo Regimental	AM	Ricardo Lewandowski	06/08/2010	Hipólito Menezes Codeiro
726	Mandado de Segurança	26872	Não	Não	DF	Marco Aurélio	06/08/2010	João Urcino Ferreira
727	Recurso em Mandado de Segurança	28233	Não	Não	DF	Ayres Britto	13/08/2010	João Jacques Pedrosa de Freitas
728	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3826	Não	Não	GO	Eros Grau	20/08/2010	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
729	Suspensão de Segurança	3952	Não	Agravo Regimental	AL	Cezar Peluso	27/08/2010	Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas - DETRAN/AL
730	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3791	Não	Não	DF	Ayres Britto	27/08/2010	Governador do Distrito Federal
731	Recurso Extraordinário	581974	Não	Não	RO	Eros Grau	27/08/2010	Município de Ji-Paraná
732	Ação Cível Originária	1405	Não	Agravo Regimental	CE	Ellen Gracie	03/09/2010	Companhia Energética do Ceará - COELCE
733	Recurso Extraordinário	588322	Não	Não	RO	Gilmar Mendes	03/09/2010	Associação Comercial de Rondônia - ACR

734	Recurso Extraordinário	465353	Não	Agr-ED-ED-Edv-Agr (Agravamento nos Embargos de Divergência nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental)	SC	Cármem Lúcia	10/09/2010	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
735	Recurso Extraordinário	580329	Não	Agravamento Regimental	RJ	Ayres Britto	17/09/2010	Transportes Zona Oeste Ltda.
736	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2452	Não	Não	SP	Eros Grau	17/09/2010	Governador do Estado de Minas Gerais
737	Ação Direta de Inconstitucionalidade	336	Não	Não	SE	Eros Grau	17/09/2010	Governador do Estado de Sergipe
738	Agravamento de Instrumento	791915	Não	Agravamento Regimental	MG	Cármem Lúcia	24/09/2010	Expresso Santa Luzia Ltda.
739	Agravamento de Instrumento	531823	Não	Agravamento Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	01/10/2010	Município do Rio de Janeiro
740	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3944	Não	Não	DF	Ayres Britto	01/10/2010	Partido Socialismo e Liberdade - PSOL
741	Agravamento de Instrumento	623395	Não	Agravamento Regimental	AP	Joaquim Barbosa	08/10/2010	Estado do Amapá
742	Agravamento de Instrumento	593503	Não	Agravamento Regimental	SP	Joaquim Barbosa	08/10/2010	Ciágua Concessionária de Águas de Mairinque Ltda. e outros
743	Agravamento de Instrumento	800821	Não	Agravamento Regimental	PR	Cármem Lúcia	08/10/2010	Almir Augustinho de Almeida e outro
744	Ação Cível Originária	789	Não	Não	PI	Dias Toffoli	15/10/2010	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
745	Agravamento de Instrumento	665967	Não	Agravamento Regimental	PR	Marco Aurélio	15/10/2010	Alexssandro de Souza
746	Agravamento de Instrumento	712893	Não	Agravamento Regimental	RS	Dias Toffoli	25/10/2010	Cleidon Aldo de Moura Peixoto
747	Recurso Extraordinário	596729	Não	Agravamento Regimental	SC	Ricardo Lewandowski	10/11/2010	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
748	Ação Cautelar	2636	Sim	Referendo	PE	Cármem Lúcia	11/11/2010	Fundação Nacional de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE
749	Agravamento de Instrumento	791506	Não	Agravamento Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	16/11/2010	Sindicato dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Bahia - SINDSFUNSEB
750	Agravamento de Instrumento	794192	Não	Agravamento Regimental	DF	Ricardo Lewandowski	16/11/2010	Andre Napoli de Nardiello e outros

751	Recurso Extraordinário	356612	Não	Agravo Regimental	CE	Joaquim Barbosa	16/11/2010	Francisca das Chagas Cavalcante Uchoa e outros
752	Recurso Extraordinário	363064	Não	Agravo Regimental	RS	Ayres Britto	26/11/2010	Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG
753	Proposta de Súmula Vinculante	40	Não	Não	DF	Ministro Presidente	27/11/2010	STF
754	Habeas Corpus	94173	Não	Não	BA	Celso de Mello	27/11/2010	Antônio Thamer Brutos e outros
755	Recurso Extraordinário	587311	Não	Agravo Regimental	RJ	Gilmar Mendes	30/11/2010	Município de Nova Iguaçu
756	Agravo de Instrumento	665871	Não	Agravo Regimental	SP	Gilmar Mendes	30/11/2010	São Paulo Transporte S/A
757	Recurso Extraordinário	533834	Não	Agravo Regimental	SC	Ricardo Lewandowski	30/11/2010	Fundação Nacional da Saúde - FUNASA
758	Habeas Corpus	104530	Não	Não	RS	Ricardo Lewandowski	07/12/2010	Marcelo Amaral de Moura e outros
759	Agravo de Instrumento	811212	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	01/02/2011	Estação Rodoviária de Santa Rosa
760	Habeas Corpus	102629	Não	Não	SP	Ricardo Lewandowski	01/02/2011	Francisco Alberto de Moura da Silva
761	Recurso Extraordinário	570085	Não	Agravo Regimental	PE	Joaquim Barbosa	01/02/2011	Empresa Metropolitana Ltda.
762	Recurso Extraordinário	253472	Não	Não	SP	Marco Aurélio	01/02/2011	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
763	Recurso Extraordinário	555277	Não	Agravo Regimental	RJ	Gilmar Mendes	08/02/2011	Prolagos S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
764	Agravo de Instrumento	792525	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	11/02/2011	Município do Rio de Janeiro
765	Ação Cível Originária	1342	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	15/02/2011	Casa da Moeda do Brasil - CMB
766	Recurso Extraordinário	510366	Não	Agravo Regimental	PE	Ricardo Lewandowski	21/02/2011	Estado de Pernambuco
767	Recurso Extraordinário	600582	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	21/02/2011	Anisia Maria Ames
768	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	607056	Não	Não	RJ	Dias Toffoli	21/02/2011	Estado do Rio de Janeiro
769	Agravo de Instrumento	821672	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	28/02/2011	Elektro Eletricidade e Serviços S/A
770	Recurso Extraordinário	602931	Não	Agravo Regimental	SC	Joaquim Barbosa	01/03/2011	Marília Jusi da Silva
771	Agravo de Instrumento	611358	Não	Agravo Regimental	RJ	Ayres Britto	02/03/2011	Telemar Norte Leste S/A

772	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	24166	Não	ED-ED-ED (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração)	DF	Ellen Gracie	03/03/2011	Maria Pires de Sousa
773	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3322	Não	Não	DF	Gilmar Mendes	04/03/2011	Governador do Distrito Federal
774	Agravo de Instrumento	775333	Não	Agravo Regimental	RJ	Ricardo Lewandowski	10/03/2011	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS
775	Recurso Extraordinário	422591	Não	Não	RJ	Dias Toffoli	11/03/2011	Município de Cabo Frio
776	Recurso Extraordinário	412921	Não	Agravo Regimental	MG	Ricardo Lewandowski	15/03/2011	Município de Montes Claros e outros
777	Recurso Extraordinário	494163	Não	Agravo Regimental	RJ	Ellen Gracie	15/03/2011	Município do Rio de Janeiro
778	Agravo de Instrumento	805213	Não	Agravo Regimental	SC	Gilmar Mendes	23/03/2011	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
779	Recurso Extraordinário	482440	Não	Agravo Regimental	PR	Cármem Lúcia	23/03/2011	Odete Pereira Adamowski
780	Agravo de Instrumento	831327	Não	Agravo Regimental	DF	Cármem Lúcia	24/03/2011	VIPLAN - Viação Planalto Ltda.
781	Suspensão de Liminar	274	Não	Agravo Regimental	PR	Cezar Peluso	06/04/2011	Ministério Público Federal
782	Agravo de Instrumento	763740	Não	Agravo Regimental	MG	Marco Aurélio	07/04/2011	Município de Ouro Preto
783	Agravo de Instrumento	735130	Não	Agravo Regimental	RS	Joaquim Barbosa	12/04/2011	Hélio Gerhardt
784	Agravo de Instrumento	632521	Não	Agravo Regimental	PR	Ayres Britto	25/04/2011	Milton Rizental
785	Agravo de Instrumento	720259	Não	Agravo Regimental	MA	Ayres Britto	28/04/2011	Estado do Maranhão
786	Habeas Corpus	105124	Não	Não	PR	Gilmar Mendes	05/05/2011	Osmir Miguel Braga
787	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3558	Não	Não	RJ	Cármem Lúcia	06/05/2011	Procurador-Geral da República
788	Agravo de Instrumento	644088	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	18/05/2011	Município do Rio de Janeiro
789	Recurso Extraordinário	289321	Não	Não	PR	Marco Aurélio	02/06/2011	Aldany Bughi e outros
790	Mandado de Segurança	26391	Não	Não	PR	Marco Aurélio	06/06/2011	Aristides Ferreira da Silva
791	Agravo de Instrumento	400336	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	07/06/2011	Jorge Miguel de Almeida

792	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	627051	Não	Não	PE	Dias Toffoli	16/06/2011	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
793	Recurso Extraordinário	571668	Não	Agravo Regimental	SC	Ellen Gracie	24/06/2011	Município de Blumenau
794	Agravo de Instrumento	845209	Não	Agravo Regimental	SE	Gilmar Mendes	29/06/2011	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Sergipe - SINTSEP
795	Agravo de Instrumento	663090	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	01/07/2011	Município de São Paulo
796	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4451	Sim	Referendo	DF	Ayres Britto	01/07/2011	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT
797	Agravo de Instrumento	701403	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	01/08/2011	Município do Rio de Janeiro
798	Agravo de Instrumento	825659	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	16/08/2011	Autovias S/A
799	Agravo de Instrumento	617917	Não	Agravo Regimental	MG	Dias Toffoli	18/08/2011	Jamis Milland Resende Torres
800	Recurso Extraordinário	613287	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	19/08/2011	União
801	Recurso Extraordinário	265749	Não	ED-ED (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração)	SP	Celso de Mello	22/08/2011	Município de Santos
802	Agravo de Instrumento	351888	Não	Agravo Regimental	SP	Celso de Mello	22/08/2011	Município de Santos
803	Agravo de Instrumento	661056	Não	Agravo Regimental	RR	Dias Toffoli	24/08/2011	Estado de Roraima
804	Agravo de Instrumento	779629	Não	Agravo Regimental	MG	Ayres Britto	25/08/2011	Megabus Transportes Ltda.
805	Recurso Extraordinário	573683	Não	Agravo Regimental	BA	Ayres Britto	26/08/2011	Walfredo Elpídio da Silva
806	Repercussão Geral no ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	638315	Não	Não	BA	Ministro Presidente	31/08/2011	Município de Salvador
807	Repercussão Geral no Agravo de Instrumento	839695	Não	Não	AM	Ministro Presidente	01/09/2011	Amazonas Distribuidora de Energia S/A
808	Repercussão Geral no Agravo de Instrumento	844777	Não	Não	RJ	Ministro Presidente	01/09/2011	Telemar Norte Leste S/A
809	Recurso Extraordinário	478058	Não	Embargos de Declaração	RS	Ricardo Lewandowski	12/09/2011	Ivo dos Santos Rocha
810	Agravo de Instrumento	798493	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	15/09/2011	Município do Rio de Janeiro
811	Recurso Extraordinário	117809	Não	Não	PR	Cármem Lúcia	20/09/2011	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

812	Recurso Extraordinário	584388	Não	Não	SC	Ricardo Lewandowski	27/09/2011	Brígida Elizabete Munhoz de Paula e outros
813	Ação Cível Originária	803	Não	TAR-QO-REF (Questão de Ordem da Tutela Antecipada - Referendo)	SP	Celso de Mello	27/09/2011	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
814	Recurso Extraordinário	626397	Não	Agravo Regimental	PI	Luiz Fux	03/10/2011	Estado do Piauí
815	Recurso Extraordinário	598099	Não	Não	MS	Gilmar Mendes	03/10/2011	Estado do Mato Grosso do Sul
816	Recurso Extraordinário	580264	Não	Não	RS	Ayres Britto	06/10/2011	Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
817	Agravo de Instrumento	390212	Não	Agravo Regimental	PR	Dias Toffoli	10/10/2011	José Carlos Pereira
818	Recurso Extraordinário	556854	Não	Não	AM	Cármem Lúcia	11/10/2011	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
819	Recurso Extraordinário	599628	Não	Não	DF	Ayres Britto	17/10/2011	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE
820	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	627189	Não	Não	SP	Dias Toffoli	20/10/2011	Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A
821	Agravo de Instrumento	727705	Não	Agravo Regimental	DF	Joaquim Barbosa	21/10/2011	Maria das Mercês de Santana
822	Agravo de Instrumento	643344	Não	Agravo Regimental	RS	Joaquim Barbosa	24/10/2011	União
823	Agravo de Instrumento	839279	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	24/10/2011	Ampla Energia e Serviços S/A
824	Recurso Extraordinário	433764	Não	Agravo Regimental	PI	Dias Toffoli	10/11/2011	Estado do Piauí
825	Mandado de Segurança	28929	Não	Não	DF	Cármem Lúcia	16/11/2011	Sônia Miriam Peixoto Pontes
826	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4462	Sim	Não	TO	Cármem Lúcia	16/11/2011	Associação Nacional dos Magistrados Estaduais
827	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3343	Não	Não	DF	Luiz Fux	22/11/2011	Governador do Distrito Federal
828	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4478	Não	Não	AP	Luiz Fux	30/11/2011	ABRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado
829	Agravo de Instrumento	746763	Não	Agravo Regimental	MG	Dias Toffoli	01/12/2011	Wendel José de Sá e outros
830	Ação Cível Originária	819	Não	Agravo Regimental	SE	Dias Toffoli	05/12/2011	Estado de Sergipe
831	Recurso Extraordinário	482814	Não	Agravo Regimental	SC	Ricardo Lewandowski	14/12/2011	União
832	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	640528	Não	Agravo Regimental	SP	Luiz Fux	19/12/2011	Cristiano Fernandes
833	Agravo de Instrumento	311693	Não	Agravo Regimental	SP	Dias Toffoli	19/12/2011	Osmar Nunes

834	Agravo de Instrumento	801096	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	19/12/2011	União
835	Agravo de Instrumento	838510	Não	Agravo Regimental	BA	Ricardo Lewandowski	19/12/2011	Município de Salvador
836	Agravo de Instrumento	799706	Não	Agravo Regimental	RJ	Joaquim Barbosa	01/02/2012	Companhia Distruidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG
837	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	234	Sim	Não	DF	Marco Aurélio	06/02/2012	Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística
838	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2415	Não	Não	SP	Ayres Britto	09/02/2012	Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG
839	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	600867	Não	Não	SP	Joaquim Barbosa	10/02/2012	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
840	Agravo de Instrumento	753844	Não	Agravo Regimental	AP	Luiz Fux	14/02/2012	Marcia Cristina Gomes de Oliveira
841	Reclamação	5540	Sim	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	15/02/2012	Estado do Rio de Janeiro
842	Agravo de Instrumento	651340	Não	Agravo Regimental	PR	Ayres Britto	17/02/2012	Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A
843	Recurso Extraordinário	542454	Não	Agravo Regimental	BA	Ayres Britto	17/02/2012	Município de Salvador
844	Agravo de Instrumento	784485	Não	Agravo Regimental	PE	Dias Toffoli	08/03/2012	Estado de Pernambuco
845	Ação Direta de Inconstitucionalidade	3847	Não	Não	SC	Gilmar Mendes	09/03/2012	Governador do Estado de Santa Catarina
846	Agravo de Instrumento	850612	Não	Agravo Regimental	SC	Cármem Lúcia	14/03/2012	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC
847	Agravo de Instrumento	544825	Não	Agravo Regimental	RJ	Ayres Britto	19/03/2012	Adshel Ltda.
848	Agravo de Instrumento	823618	Não	Agravo Regimental	PR	Gilmar Mendes	20/03/2012	Paranaprevidência
849	Agravo de Instrumento	622022	Não	Agravo Regimental	DF	Dias Toffoli	21/03/2012	Empresa Gontijo de Transportes Ltda.
850	Inquerito	3108	Não	Não	BA	Dias Toffoli	22/03/2012	Ministério Público do Estado da Bahia
851	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	663061	Não	Agravo Regimental	RR	Cármem Lúcia	28/03/2012	Estado de Roraima
852	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	660424	Não	Agravo Regimental	PB	Dias Toffoli	29/03/2012	Estado da Paraíba
853	Ação Cautelar	2971	Sim	Referendo	PI	Celso de Mello	29/03/2012	Estado do Piauí
854	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4568	Não	Agravo Regimental	DF	Cármem Lúcia	30/03/2012	Partido Popular Socialista e outros

855	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	667309	Não	Agravo Regimental	PE	Cármem Lúcia	09/04/2012	Estado Pernambuco
856	Recurso Extraordinário	662269	Não	Embargos de Declaração	ES	Dias Toffoli	11/04/2012	Concessionária Rodovia do Sol S/A
857	Recurso Extraordinário	537795	Não	Agravo Regimental	DF	Dias Toffoli	11/04/2012	Ricardo Vagner Álvares Oliveira
858	Agravo de Instrumento	712435	Não	Agravo Regimental	SP	Rosa Weber	12/04/2012	Gladston Tedesco
859	Recurso Extraordinário	666092	Não	Agravo Regimental	BA	Luiz Fux	23/04/2012	Estado da Bahia
860	Recurso Extraordinário	672187	Não	Agravo Regimental	MG	Cezar Peluso	23/04/2012	Estado de Minas Gerais
861	Intervenção Federal	4640	Não	Agravo Regimental	RS	Cezar Peluso	25/04/2012	Antonio Carlos Fagundes e outros
862	Recurso Extraordinário	599734	Não	Agravo Regimental	MA	Marco Aurélio	25/04/2012	Juscelino da Silva de Holande e outros
863	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4698	Sim	Não	MA	Joaquim Barbosa	25/04/2012	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
864	Mandado de Segurança	27520	Não	Agravo Regimental	DF	Celso de Mello	26/04/2012	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Sergipe - SINTSEP
865	Recurso Extraordinário	631309	Não	Agravo Regimental	SP	Ayres Britto	26/04/2012	Município de São Paulo
866	Agravo de Instrumento	264217	Não	Agravo Regimental	PI	Dias Toffoli	26/04/2012	Estado do Piauí
867	Recurso Extraordinário	662582	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	27/04/2012	V V P Ltda.
868	Recurso Extraordinário	460792	Não	Agravo Regimental	PR	Dias Toffoli	30/04/2012	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - Sindicato Nacional
869	Agravo de Instrumento	812104	Não	Agravo Regimental	RS	Marco Aurélio	04/05/2012	Amaro Erlen Pereira
870	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	27666	Não	Não	DF	Dias Toffoli	04/05/2012	Conselho Federal de Farmácia - CFF
871	Agravo de Instrumento	650768	Não	2º Agravo Regimental	SP	Dias Toffoli	10/05/2012	Curtume Della Torre Ltda.
872	Mandado de Segurança	25568	Não	Não	DF	Dias Toffoli	10/05/2012	APSEF - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal
873	Habeas Corpus	105542	Não	Não	RS	Rosa Weber	14/05/2012	Rubilar dos Santos Orcina
874	Agravo de Instrumento	305139	Não	Embargos de Declaração	BA	Dias Toffoli	25/05/2012	Nordeste Linhas Aéreas Regionais S/A
875	Agravo de Instrumento	305139	Não	Agravo Regimental	BA	Dias Toffoli	25/05/2012	Nordeste Linhas Aéreas Regionais S/A
876	Recurso Extraordinário	524581	Não	Agravo Regimental	MG	Dias Toffoli	01/06/2012	Dirceu Manoel dos Santos

877	Recurso Extraordinário	630880	Não	Agravo Regimental	RJ	Ricardo Lewandowski	05/06/2012	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
878	Agravo de Instrumento	851487	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	11/06/2012	Everton Octaviani e outros
879	Recurso Extraordinário	446530	Não	Agravo Regimental	SC	Ricardo Lewandowski	13/06/2012	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
880	Recurso Extraordinário	176068	Não	Agravo Regimental	MG	Dias Toffoli	14/06/2012	Estado de Minas Gerais
881	Recurso Extraordinário	647336	Não	Embargos de Declaração	RN	Luiz Fux	18/06/2012	PLASTIMIL - Industria e Comercio de Plásticos Ltda.
882	Recurso Extraordinário	582420	Não	Agravo Regimental	SP	Joaquim Barbosa	19/06/2012	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
883	Agravo de Instrumento	822804	Não	Agravo Regimental	PE	Luiz Fux	20/06/2012	Celso Francisco Xavier
884	Intervenção Federal	4677	Não	Agravo Regimental	PB	Cezar Peluso	20/06/2012	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
885	Recurso Extraordinário	592004	Não	Agravo Regimental	AL	Joaquim Barbosa	22/06/2012	União
886	Recurso Extraordinário	512019	Não	2º Agravo Regimental	GO	Marco Aurélio	26/06/2012	Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO
887	Agravo de Instrumento	804856	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	RJ	Luiz Fux	27/06/2012	São Lucas Saúde S/A
888	Agravo de Instrumento	495485	Não	Agravo Regimental	MG	Marco Aurélio	01/08/2012	TCL - Transportes Coletivos Liber Ltda.
889	Agravo de Instrumento	839590	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	07/08/2012	Ampla Energia e Serviços S/A
890	Repercussão Geral no ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	665969	Não	Não	SP	Luiz Fux	09/08/2012	Federação Estadual dos Trabalhadores da Administração do Serviço Público Municipal - FETAM
891	Mandado de Segurança	281179	Não	Agravo Regimental	DF	Gilmar Mendes	10/08/2012	Manoel Francisco Evangelista Cavalcante
892	Agravo de Instrumento	739449	Não	Agravo Regimental	SP	Dias Toffoli	15/08/2012	Vera Lúcia Ligeiro dos Santos e outros
893	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	670866	Não	Agravo Regimental	SE	Luiz Fux	15/08/2012	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
894	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	659122	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	17/08/2012	União
895	Recurso Extraordinário	636661	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	17/08/2012	Estado do Maranhão
896	Agravo de Instrumento	834815	Não	Agravo Regimental	RS	Dias Toffoli	22/08/2012	Metrovias S/A Concessionária de Rodovias
897	Recurso Extraordinário	536639	Não	Agravo Regimental	RN	Cezar Peluso	29/08/2012	Estado do Rio Grande do Norte

898	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	665977	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	30/08/2012	Marcina Graça de Alcântara Martins
899	Recurso Extraordinário	662808	Não	Agravo Regimental	MT	Gilmar Mendes	05/09/2012	Brasil Telecom S/A
900	Intervenção Federal	5101	Não	Não	RS	Cezar Peluso	06/09/2012	Regina Nuria Hidalgo Crespo Beheregaray
901	Recurso Extraordinário	591986	Não	Agravo Regimental	DF	Dias Toffoli	10/09/2012	Distrito Federal
902	Recurso Extraordinário	633138	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	21/09/2012	Distrito Federal
903	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	699423	Não	Agravo Regimental	RJ	Dias Toffoli	27/09/2012	Ampla Energia e Serviços S/A
904	Agravo de Instrumento	828372	Não	Agravo Regimental	PR	Marco Aurélio	27/09/2012	União
905	Recurso Extraordinário	635011	Não	2º Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	04/10/2012	União
906	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	698357	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	04/10/2012	Jayr Maccagnan
907	Agravo de Instrumento	836857	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	04/10/2012	Elektro Eletricidade e Serviços S/A
908	Recurso Extraordinário	647881	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	05/10/2012	União
909	Agravo de Instrumento	772813	Não	Agravo Regimental	GO	Luiz Fux	09/10/2012	Estado de Goiás
910	Mandado de Segurança	30749	Não	Não	DF	Marco Aurélio	10/10/2012	José Eli da Silva
911	Recurso Extraordinário	238048	Não	Agravo Regimental	PE	Dias Toffoli	16/10/2012	Estado de Pernambuco
912	Recurso Extraordinário	599661	Não	Agravo Regimental	MG	Joaquim Barbosa	26/10/2012	Luciane Rotella Fernandes Murta
913	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	687579	Não	Agravo Regimental	BA	Luiz Fux	09/11/2012	Estado da Bahia
914	Recurso Extraordinário	590964	Não	Agravo Regimental	AL	Dias Toffoli	12/11/2012	Estado de Alagoas
915	Agravo de Instrumento	642067	Não	Embargos de Declaração	RJ	Celso de Mello	13/11/2012	Município do Rio de Janeiro
916	Mandado de Segurança	30323	Não	Não	DF	Dias Toffoli	21/11/2012	Paulo Roberto Lobo da Rocha
917	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	641702	Não	Embargos de Declaração	DF	Cármem Lúcia	22/11/2012	União
918	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	665977	Não	Agr-ED-ED (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental)	DF	Luiz Fux	03/12/2012	Marcina Graça de Alcântara Martins

919	Agravo de Instrumento	631672	Não	2º Agravo Regimental	GO	Luiz Fux	06/12/2012	Gerson Bulhões Ferreira
920	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	711342	Não	Agravo Regimental	RJ	Cármem Lúcia	07/12/2012	Concessionária da Ponte Rio Niterói S/A
921	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	711922	Não	Agravo Regimental	PB	Rosa Weber	10/12/2012	Estado da Paraíba
922	Recurso Extraordinário	637176	Não	Agravo Regimental	DF	Luiz Fux	11/12/2012	Estado do Acre
923	Recurso Extraordinário	664292	Não	Agravo Regimental	PR	Luiz Fux	11/12/2012	Neusa Oliveira Berbete
924	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	678537	Não	Agravo Regimental	SE	Rosa Weber	11/12/2012	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
925	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	718493	Não	Agravo Regimental	RS	Gilmar Mendes	12/12/2012	Rio Grande Energia S/A
926	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	713030	Não	Agravo Regimental	RS	Dias Toffoli	17/12/2012	Rio Grande Energia S/A
927	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	709515	Não	Agravo Regimental	RS	Dias Toffoli	19/12/2012	Rio Grande Energia S/A
928	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	715040	Não	Agravo Regimental	SP	Cármem Lúcia	01/02/2013	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo
929	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	720185	Não	Agravo Regimental	DF	Gilmar Mendes	01/02/2013	Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público no Estado de Minas Gerais - SINDSEP/MG
930	Recurso Extraordinário	462704	Não	Agravo Regimental	SP	Luiz Fux	01/02/2013	Município de Santos
931	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	709225	Não	Agravo Regimental	RS	Marco Aurélio	01/02/2013	Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
932	Ação Cautelar	2578	Sim	Referendo	PB	Celso de Mello	01/02/2013	Estado da Paraíba
933	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	701455	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	07/02/2013	SAAETRI - Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Três Poderes
934	Agravo de Instrumento	847845	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	08/02/2013	Friburgo Auto Ônibus Ltda.
935	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	657245	Não	Agravo Regimental	SE	Teori Zavascki	13/02/2013	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
936	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	670936	Não	Agravo Regimental	SE	Teori Zavascki	14/02/2013	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
937	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	721818	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	14/02/2013	Rio Grande Energia S/A

938	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	696263	Não	Agravo Regimental	MG	Luiz Fux	19/02/2013	Município de Belo Horizonte
939	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	716672	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	19/02/2013	Rio Grande Energia S/A
940	Mandado de Segurança	30329	Não	Não	DF	Cármem Lúcia	20/02/2013	Stael Cavalcanti Martins de Araujo
941	Agravo de Instrumento	850632	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	21/02/2013	Faster Boy Distribuidora Ltda.
942	Recurso Extraordinário	642536	Não	Agravo Regimental	AP	Luiz Fux	27/02/2013	Estado do Amapá
943	Recurso Extraordinário	588426	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	28/02/2013	Câmara Municipal do Estado do Rio de Janeiro
944	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	662624	Não	AgR-ED (Embargos de Declaração do Agravo Regimental)	RJ	Luiz Fux	28/02/2013	Estado do Rio de Janeiro
945	Recurso Extraordinário	596478	Não	Agravo Regimental	RR	Dias Toffoli	01/03/2013	Estado de Roraima
946	Ação Direta de Inconstitucionalidade	4907	Sim	Não	DF	Ricardo Lewandowski	08/03/2013	ABRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado
947	Recurso Extraordinário	356677	Não	Não	MG	Marco Aurélio	12/03/2013	Deine Suarte Carrilho e otros
948	Recurso Extraordinário	702617	Não	Agravo Regimental	AM	Luiz Fux	21/03/2013	Procurador-Geral do Estado do Amazonas
949	Agravo de Instrumento	814461	Não	Agravo Regimental	MG	Dias Toffoli	21/03/2013	Telemar Norte Leste S/A
950	Recurso Extraordinário	467573	Não	2º Agravo Regimental	PR	Celso de Mello	22/03/2013	Estado do Paraná
951	Agravo de Instrumento	849417	Não	Agravo Regimental	PI	Luiz Fux	25/03/2013	José Ribeiro e Silva
952	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	719772	Não	Agravo Regimental	DF	Celso de Mello	26/03/2013	Viação Valmir Amaral Ltda.
953	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	721775	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	01/04/2013	Rio Grande Energia S/A
954	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	723121	Não	Agravo Regimental	RS	Rosa Weber	01/04/2013	Rio Grande Energia S/A
955	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	681449	Não	Agravo Regimental	RS	Cármem Lúcia	04/04/2013	Rio Grande Energia S/A
956	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	733904	Não	Agravo Regimental	CE	Teori Zavascki	18/04/2013	Estado do Ceará
957	Recurso Extraordinário	535085	Não	Agravo Regimental	GO	Gilmar Mendes	23/04/2013	Estado de Goiás
958	Recurso Extraordinário	717389	Não	Agravo Regimental	RS	Marco Aurélio	24/04/2013	Terezinha Boreli Vittorazzi

959	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	721786	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	29/04/2013	Rio Grande Energia S/A
960	Agravo de Instrumento	724098	Não	2º Agravo Regimental	RJ	Teori Zavascki	29/04/2013	Marcos Augusto Sacco
961	Agravo de Instrumento	717747	Não	Agravo Regimental	SP	Dias Toffoli	29/04/2013	Francisca Antonia Marques
962	Recurso Extraordinário	636998	Não	Agravo Regimental	DF	Ricardo Lewandowski	30/04/2013	Município de São Paulo
963	Agravo de Instrumento	809051	Não	Agravo Regimental	MS	Dias Toffoli	03/05/2013	Brasil Telecom S/A
964	Recurso Extraordinário	503436	Não	2º Agravo Regimental	PI	Luiz Fux	06/05/2013	Andreia Fernanda Martins Vieira de Moura e outros
965	Repercussão Geral no ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	643686	Não	Não	BA	Dias Toffoli	06/05/2013	Município de Salvador
966	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	685876	Não	Embargos de Declaração	MS	Dias Toffoli	07/05/2013	Estado do Mato Grosso do Sul
967	Ação Direta de Inconstitucionalidade	2340	Não	Não	SC	Ricardo Lewandowski	10/05/2013	Governador do Estado de Santa Catarina
968	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	721793	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	15/05/2013	Departamento Estadual de Trânsito DETRAN RS
969	Mandado de Injunção	855	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	20/05/2013	União
970	Mandado de Injunção	899	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	20/05/2013	União
971	Mandado de Injunção	1517	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	20/05/2013	Estado de Santa Catarina
972	Mandado de Injunção	2806	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	20/05/2013	União
973	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	707742	Não	Agravo Regimental	MG	Rosa Weber	22/05/2013	Telefônica do Brasil S/A
974	Mandado de Injunção	1320	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	24/05/2013	Estado do Mato Grosso do Sul
975	Mandado de Injunção	1929	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	24/05/2013	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União em Alagoas - SINDJUS/AL
976	Mandado de Injunção	2590	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	24/05/2013	Marcos José Marques dos Santos Magno da Silva
977	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	726073	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	27/05/2013	Marcio Antonio Ebram Vilela
978	Agravo de Instrumento	823484	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	29/05/2013	Ricardo Agadio Kraemer
979	Mandado de Injunção	4643	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	29/05/2013	Presidente da República
980	Mandado de Injunção	1596	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	31/05/2013	União

981	Mandado de Injunção	2407	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	31/05/2013	Antonio Luiz Ferreira
982	Recurso Extraordinário	392172	Não	Agravo Regimental	PR	Marco Aurélio	31/05/2013	Estado do Paraná
983	Agravo de Instrumento	857270	Não	Agravo Regimental	PR	Luiz Fux	31/05/2013	Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura no Paraná - AFFMA/PR
984	Habeas Corpus	115576	Não	Não	SP	Gilmar Mendes	03/06/2013	Alessandro de Araujo
985	Mandado de Injunção	3081	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	04/06/2013	União
986	Mandado de Injunção	2738	Não	2º Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	05/06/2013	Presidente da República
987	Recurso Extraordinário	601392	Não	Não	PR	Gilmar Mendes	05/06/2013	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
988	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	701747	Não	Agravo Regimental	RS	Gilmar Mendes	10/06/2013	Rio Grande Energia S/A
989	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	719067	Não	Agravo Regimental	RJ	Luiz Fux	10/06/2013	Município de Niterói
990	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	730536	Não	Agravo Regimental	RS	Gilmar Mendes	12/06/2013	Rio Grande Energia S/A
991	Agravo de Instrumento	797034	Não	Agravo Regimental	SP	Marco Aurélio	13/06/2013	Município de São Paulo
992	Reclamação	11688	Não	Agravo Regimental	AL	Teori Zavascki	14/06/2013	Município de Maceio
993	Reclamação	10092	Não	Agravo Regimental	RS	Teori Zavascki	14/06/2013	Município de Canela
994	Recurso Extraordinário	607056	Não	Não	RJ	Dias Toffoli	16/06/2013	Estado do Rio de Janeiro
995	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	722714	Não	Agravo Regimental	SP	Ricardo Lewandowski	17/06/2013	DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A
996	Mandado de Injunção	1481	Não	Agravo Regimental	DF	Rosa Weber	24/06/2013	Paulo Renato Mota
997	Agravo de Instrumento	857665	Não	Agravo Regimental	MG	Gilmar Mendes	01/07/2013	Município de Belo Horizonte
998	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	26612	Não	Não	DF	Dias Toffoli	01/08/2013	Hylton Pereira e outros
999	Mandado de Segurança	30647	Sim	Agravo Regimental	DF	Celso de Mello	06/08/2013	Antonio Dantas de Oliveira Júnior
1000	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1521	Não	Não	RS	Ricardo Lewandowski	13/08/2013	Procurador-Geral da República
1001	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	738327	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	20/08/2013	Rio Grande Energia S/A
1002	Recurso Extraordinário	578326	Não	Agravo Regimental	RJ	Ricardo Lewandowski	20/08/2013	União
1003	Agravo de Instrumento	782928	Não	Agravo Regimental	RS	Ricardo Lewandowski	21/08/2013	Tânia Pontes Rodrigues - ME

1004	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	729483	Não	Agravo Regimental	RS	Rosa Weber	22/08/2013	Rio Grande Energia S/A
1005	Recurso Extraordinário	453029	Não	Agravo Regimental	DF	Teori Zavascki	22/08/2013	Maria das Graças Cavalcanti Lima e outros
1006	Recurso Extraordinário	601409	Não	Agravo Regimental	RS	Dias Toffoli	23/08/2013	Berenice Ferreira Lamb
1007	Recurso Extraordinário	637065	Não	Agravo Regimental	SC	Marco Aurélio	26/08/2013	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAFESC
1008	Ação Cautelar	3389	Sim	Referendo	PI	Celso de Mello	29/08/2013	Estado do Piauí
1009	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	707753	Não	Agravo Regimental	MG	Gilmar Mendes	30/08/2013	Telecomunicações de São Paulo S.A - TELESP
1010	Recurso Extraordinário	592612	Não	Agravo Regimental	SP	Dias Toffoli	03/09/2013	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
1011	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	745018	Não	Agravo Regimental	SP	Luiz Fux	10/09/2013	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
1012	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	763118	Não	Agravo Regimental	RJ	Gilmar Mendes	11/09/2013	Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
1013	Recurso Extraordinário	589998	Não	Não	PI	Ricardo Lewandowski	12/09/2013	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1014	Agravo de Instrumento	747057	Não	Agravo Regimental	RJ	Marco Aurélio	16/09/2013	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
1015	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1842	Não	Não	RJ	Gilmar Mendes	16/09/2013	Partido Democrático Trabalhista
1016	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	659451	Não	Agravo Regimental	DF	Roberto Barroso	18/09/2013	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ
1017	Recurso Extraordinário	531538	Não	Agravo Regimental	AL	Marco Aurélio	02/10/2013	CASAL - Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento do Estado de Alagoas
1018	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	682194	Não	Agravo Regimental	RS	Luiz Fux	07/10/2013	Rio Grande Energia S/A
1019	ARE (Recurso Extraordinário com Agravo)	711242	Não	Agravo Regimental	RS	Rosa Weber	08/10/2013	Rio Grande Energia S/A
1020	Recurso Extraordinário	608679	Não	Agravo Regimental	PI	Dias Toffoli	05/09/2013	Estado do Piauí

ANEXO II – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CASOS

Número de Controle	
Nome do caso	
Tema	
Medida Judicial	
É recurso?	
É cautelar?	
Número do processo	
Requerente	
Requerido	
Interessados	
Órgão julgador	
Min. Relator	
Min. Relator para Acórdão	
Participaram do julgamento	
Não compareceram	
Resultado	
Placar	
Divergência	
Data de propositura	
Data de julgamento	
Data de publicação de Acórdão	
Resumo da decisão	
Resumo do caso	
Abordagem do serviço público	
Dispositivos constitucionais envolvidos	
Decisão sobre serviço público é central ou marginal?	
Comentários	

ANEXO III – PLANILHA DE CONTROLE

[documento apresentado em separado]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496</
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------